



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO  
CURSO DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

**COLONIALIDADE DO SER, DO PODER E DO SABER EM PÊRO DE  
MAGALHÃES GÂNDAVO**

**NATAN EVANGELISTA DA SILVA**

MAMANGUAPE-PB

2023

**NATAN EVANGELISTA DA SILVA**

**COLONIALIDADE DO SER, DO PODER E DO SABER EM PÊRO DE  
MAGALHÃES GÂNDAVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, em  
cumprimento aos requisitos para a obtenção do título de  
Licenciado em Letras/Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior

Aprovado em: 25/05/2023

**BANCA EXAMINADORA**

*José Veranildo Lopes da Costa Junior*

---

Prof. Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior  
(Orientador – Presidente – UFPB/DL)

*Moama Lorena de Lacerda Marques*

---

Prof. Dra. Moama Lorena Lacerda Marques  
(Examinadora – UFPB/DL)

*Sávio Roberto F. de Freitas*

---

Prof. Dr. Sávio Roberto Fonseca de Freitas  
(Examinador – UFPB/DL)

**MAMANGUAPE-PB**

**2023**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586c Silva, Natan Evangelista da.

Colonialidade do ser, do saber e do poder em Pêro de Magalhães Gândavo. / Natan Evangelista da Silva. - Mamanguape, 2023.

71 f. : il.

Orientação: José Veranildo Lopes da Costa Junior Costa Junior.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCAÉ.

1. Pêro de Magalhães Gândavo. 2. Colonização do Brasil. 3. Estudos decoloniais. I. Costa Junior, José Veranildo Lopes da. II. Título.

UFPB/CCAÉ

CDU 94(81)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1</b> – Criaturas monstruosas que, segundo os europeus, habitavam as Índias.....	18
<b>Imagem 2</b> – Mapa de Luís Teixeira.....	30
<b>Imagem 3</b> – Capitânicas hereditárias no momento de sua criação.....	32

*“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca”.*

*Darcy Ribeiro*

*Aos lírios mais formosos dos meus jardins: Maria da Luz e Maria Nazaré.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, senhor de todas as coisas, nas quais me incluo como criatura demasiadamente submissa à magnitude de sua supremacia e simultaneamente grande por ser filho da grandeza. Obrigado, Senhor de mim, por clarear os sentidos e me ensinar que nem tudo é o que dizem ser. Tal dimensão me norteou no percurso desta pesquisa.

À minha mãe Maria da Luz e minha avó Maria Nazaré, por serem conforto, abraço, apoio e alento quando faltam as forças e o desânimo quer ser realidade. Agradeço por acreditarem na educação e me incentivarem a também acreditar nela. No nome das duas pessoas mais importantes da minha vida, agradeço a todos os familiares que gostam de mim e torcem por meu sucesso.

Aos meus irmãos Heitor Miguel, Samuel e Natália, e ao meu sobrinho Kaio Henrique, a quem também dedico este trabalho, meu agradecimento pela irmandade, amor e companheirismo.

Nesta oportunidade, quero também agradecer à Maria de Fátima e Maria da Guia, pelo sensível amor com que me proporcionaram as primeiras letras.

Aos tantos professores que marcaram minha trajetória escolar e me inspiraram na escolha pela docência. Aqui, destaco alguns com emoção: Prof. Junior Madruga, Prof. Glicéria Tavares e Prof. Jacira Ângelo.

Às minhas madrinhas professoras Jardiane e Lúcia Helena, por serem fonte de inspiração na educação sensível às necessidades do mundo. Obrigado pelo exemplo e pelo amor fraterno compartilhado no dia a dia.

A Luiz Miguel, meu amigo e parceiro nas literaturas e na vida. Obrigado por estar comigo nesta pesquisa desde os primeiros momentos, quando iniciou como um trabalho para a disciplina de Literatura Brasileira I.

Aos meus amados amigos que foram base e conforto no decorrer da graduação: Maria Vitória, Karolayne, Janaína, Milena, Raquel, Gilmara, Maria Luciana, Vitória, Ariandna, Sérgio Ricardo e tantos outros.

Agradeço também a Wedson Rocha por sempre transparecer orgulho e afeto por mim. Muito obrigado pelo companheirismo e amizade.

A Lucas, Thiago, Adriana, Miguel, Ângela Tereza, Vera Lúcia, Frei Davi, Pe. Vamberg, Irmã Rosa Melucci, Patrícia e Malu, Beneide, Maria Beatriz, dona Nena, Pe. José Valdinã e a tantos irmãos de caminhada que tanto me impulsionam, o meu respeito, abraço e agradecimento.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. José Veranildo, qualquer expressão de agradecimento é insuficiente ao que realmente gostaria de manifestar. Sou muito agradecido por tanto conhecimento compartilhado e por verdadeiramente ter escolhido um professor tão coerente com o que se espera de um orientador.

Aos professores do Departamento de Letras e de Educação da UFPB – Campus-IV, o meu profundo respeito e agradecimento por tanto terem contribuído com a minha formação acadêmica e científica. É válido aqui expressar o nome de alguns: Dra. Elaine Cintra, Dra. Antonieta Buriti, Dra. Laurênia Souto Sales, Dra. Fernanda, Dra. Luana, Prof. Me. Maria Jaberlanye (*in memoriam*), Dr. Antônio Alberto, Dra. Michelle Bianca, Dra. Luciane Santos e Dr. Erivaldo Pereira.

Agradeço aos queridos professores Dr. Sávio Roberto e Dra. Moama Lorena por terem aceitado o convite de participarem da banca e por também terem sido inspiração nos estudos literários sobre a decolonialidade em língua portuguesa.

Por fim, faço uma memória póstuma à Irmã Noemi Cavagna por tudo que me inspirou e cativou no aperfeiçoamento do dom que Deus me deu.

Recordo-me também com saudade de Geralda Paulo da Silva, José Roberto de Oliveira e Antônio Zacarias. Tal sentimento me faz imaginar como devem estar felizes me vendo concluir mais uma etapa importante de minha vida.

Enfim, agradeço a todos que me querem bem e que compartilham comigo esta felicidade.

## RESUMO

Este trabalho discute o processo de colonização das Américas desde as expedições de Cristóvão Colombo até a chegada dos portugueses no Brasil em 1500. Diante desse momento histórico, são escritos muitos textos caracterizados como literatura de informação que formam um compêndio de obras produzidas pelos colonizadores europeus sobre as novas terras e suas particularidades. Entre os escritos sobre o Brasil, escolhemos como *corpus* desta pesquisa o *Tratado da Terra do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* do historiador e cronista português Pêro de Magalhães Gândavo. O objetivo geral da pesquisa é problematizar o processo de exploração das terras brasileiras a partir de uma ótica de reconstrução da nossa própria história, tendo como apoio os estudos decoloniais. Também citamos dois objetivos específicos: I. Discutir os elementos de um discurso colonizador e colonial em Gandavo e II. Analisar a construção de um contradiscurso de resistência dos povos originários diante da invasão portuguesa no Brasil. A fundamentação teórica se estrutura nos estudos de Aragão (1892), Todorov (2010), Sodré (1967), Bosi (2017), Hemming (2007), Ribeiro (1995), entre outros autores. Para a análise, embasamo-nos nas obras de Quijano (2005) e Mignolo (2008) sobre colonialidade do poder e eurocentrismo na América Latina. Como resultado, pudemos identificar os efeitos da colonialidade na obra de Gândavo e desenvolvemos uma leitura crítica sobre a centralidade do europeu e uma visão restrita sobre os povos originários nestes textos.

**Palavras-chave:** Pêro de Magalhães Gândavo. Colonização do Brasil. Estudos decoloniais.

## RESUMEN

Esta investigación discute el proceso de colonización de las Américas desde las expediciones de Cristóbal Colombo hacia la llegada de los portugueses a Brasil en 1500. Considerando este momento histórico, son muchos los textos que se caracterizan como literatura de información y forman un compendio de obras producidas por los colonizadores europeos acerca de las nuevas tierras y sus particularidades. Entre estos textos, seleccionamos como *corpus* de la investigación el *Tratado da Terra do Brasil* y la *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, del historiador y cronista portugués Pero de Magalhães Gândavo. El objetivo general es problematizar el proceso de exploración de las tierras brasileñas a partir de una óptica de reconstrucción de nuestra propia historia, apoyado en los estudios decoloniales. Citamos dos objetivos específicos: i. Discutir los elementos de un discurso colonizador y colonial en Gândavo y ii. Analizar la construcción de un contradiscurso de resistencia de los pueblos originarios frente a la invasión portuguesa en Brasil. La fundamentación teórica se estructura en los estudios de Aragão (1892), Todorov (2010), Sodré (1967), Bosi (2017), Hemming (2007), Ribeiro (1995), entre otros autores. Para el análisis, nos basamos en las obras de Quijano (2005) y Mignolo (2008) sobre colonialidad del poder y eurocentrismo en Latinoamérica. Como resultado, identificamos los efectos de la colonialidad en la obra de Gândavo y desarrollamos una lectura crítica sobre la centralidad del europeo y una visión restita de los pueblos originarios en estos textos.

**Palabras-clave:** Pero de Magalhães Gândavo. Colonización de Brasil. Estudios decoloniales.

## SUMÁRIO

<b>INICIANDO A PESQUISA: VOZES QUE ECOAM NA CONSTRUÇÃO DO TCC</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 O NOSSO MUNDO: OS COLONIZADORES INVADEM AS NOSSAS TERRAS</b> .....	17
1.1 Notas sobre a invasão da América Latina .....	17
1.2 A chegada dos portugueses no Brasil.....	22
1.3 As capitânias: organização geográfica do Brasil colônia .....	27
1.4 O encontro mais assombroso da nossa história: visão dos europeus sobre os povos indígenas.....	33
<b>2 REGISTROS DE UMA VIAGEM AO NOVO MUNDO</b> .....	38
2.1 Concepções críticas sobre textos de informação.....	38
2.2 Principais textos de informação escritos sobre a América Latina pelos europeus.....	41
2.3 Pero de Magalhães Gândavo: história de vida.....	44
2.4 Tratado da Terra do Brasil.....	45
2.5 História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos de Brasil.....	47
<b>3 O PROJETO DO SER, SABER E PODER COLONIAL: ANÁLISE DE “TRATADO DA TERRA DO BRASIL” E “HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ A QUEM VULGARMENTE CHAMAMOS DE BRASIL”</b> .....	49
3.1 Colonialidade e decolonialidade.....	49
3.2 Ser.....	53
3.3 Saber .....	58
3.4 Poder.....	61
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	67
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	70

## **INICIANDO A PESQUISA: VOZES QUE ECOAM NA CONSTRUÇÃO DO TCC**

Todo percurso a ser seguido começa com um entusiasmo, um desejo e/ou uma curiosidade que aponta para o que será encontrado na construção de um projeto, na pavimentação de uma caminhada.

No ensino regular, as aulas de história e língua portuguesa sempre foram as minhas preferidas e, assim, me recordo do momento em que passei a perceber a estreita relação entre as duas disciplinas. A língua em si é histórica e a literatura é a prova de que o tempo evolui diante da arte e materializa em si diversos momentos históricos de uma sociedade, seja por meio da tradição escrita ou pela oralidade.

Essas percepções foram nítidas durante a minha trajetória escolar e no curso de Letras, já nas primeiras discussões sobre literatura brasileira, na disciplina de Literatura Brasileira I, ministrada pela Prof. Dra. Elaine Cintra, quando foram proporcionados debates sobre a história da literatura no Brasil em uniformidade com a formação do povo brasileiro.

Para fomentar a ampliação dos nossos conhecimentos sobre esse processo e situarmos historicamente, foram apresentados alguns textos que são considerados como os primeiros escritos em língua portuguesa no Brasil, produzidos com o objetivo de descrever a nova terra, o que nos possibilitou uma leitura necessária e inquietante sobre a terra em que vivemos.

A leitura desses textos nos fez perceber que o acervo escrito que relatam os primeiros momentos da colonização do Brasil não se limita à carta de Pero Vaz de Caminha, tão conhecida desde o ensino regular, mas conta com as contribuições de outros autores como Pero Lopes e Sousa, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, Ambrósio Fernandes Brandão, Pêro de Magalhães Gândavo, entre outros escritores, cronistas e historiadores que se dedicaram a escrever cartas, tratados e documentos sobre o Brasil naquele momento histórico atendendo às solicitações da coroa portuguesa.

Após diversas discussões sobre os textos, tivemos a oportunidade de escolher um deles para desenvolvermos uma atividade dissertativa, levando em consideração a visão do europeu, bem como pudemos estudar a obra *O Povo Brasileiro: formação e sentido do Brasil*, do antropólogo e escritor brasileiro Darcy Ribeiro, que aborda a formação do Brasil, analisando não apenas o discurso colonizador, mas a questão do colonizado. Diante disso, é pertinente ressaltar a preocupação do autor quando afirma que é difícil compreender um Brasil além da visão do colonizador, pois grande parte do que existe como herança escrita sobre o período da colonização é, em suma, de autoria do português.

Tomando como norte essas questões, escolhi as obras do cronista e historiador Pêro de Magalhães Gândavo sobre o Brasil: *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos de Brasil*. A escolha se deu, evidentemente, pela importância desses escritos para o estudo da história do Brasil e respectivamente de sua literatura, pois trata-se de uma obra pioneira escrita em língua portuguesa com o objetivo de relatar e descrever as características da nossa terra, mesmo sob um olhar estrangeiro que escrevia apenas o que os seus interesses pediam e por ignorância, desconsiderava toda realidade cultural já existente há tantos séculos no âmbito da realidade dos povos originários. Ao analisar os escritos, pude perceber a importância desses textos para os estudos históricos e literários, tendo em vista a riqueza dos seus detalhes, até sob uma perspectiva geográfica, o que prova a sua relevância para diversas áreas.

Gândavo é um historiador por excelência e um exímio observador. No decorrer da obra, vai descrevendo tudo que sua visão de homem europeu pode direcionar: a fertilidade da terra, as capitanias fundadas com a colonização, a fauna e a flora e outras características observadas naquele momento. Além da atenção quase exclusiva para essas questões, o cronista também direciona seu olhar para o nativo do Brasil, o que prova sua limitação e preconceito para com os que já habitavam as nossas terras.

No decorrer das suas descrições sobre o nativo, Gândavo discrimina a religião, a língua, cultura e muitos costumes dos povos originários, desenvolvendo a visão e discurso típico do colonizador, que compreende sua cultura como única e necessária a ser implantada por todos os lugares do mundo. Após essas observações que provocaram diversas inquietações, desenvolvi um trabalho, especificamente sobre o *Tratado da Terra do Brasil*, contando com as contribuições de Darcy Ribeiro. O trabalho teve como título “O paraíso do colonizador nas consequências ocorridas ao nativo”, que tinha como objetivo analisar o prazer vivido pelo colonizador ao explorar as riquezas do Brasil e os malefícios vivenciados pelos povos originários diante da invasão de suas terras.

Foi a partir desse trabalho que passei então a perceber que os escritos de Gândavo apresentam com nitidez esses relatos de discriminação, que proporcionaram à história uma única visão: a do colonizador, invasor e europeu. Daí surge a necessidade da promoção de estudos sobre a temática dos povos originários, considerando sua existência desde muito antes da invasão portuguesa.

Voltar-se para o indígena brasileiro é quebrar barreiras e encontrar-se com a essência do Brasil. Os diversos povos que habitavam as nossas terras desde muito antes do processo de colonização, tinham sua língua originária, crenças, costumes, religião e uma cultura

extremamente pautada no respeito pela natureza e suas tradições, o que muito foi desconsiderado e extinguido com a invasão portuguesa.

Todavia, mesmo diante de todos os fatores que contribuíram com a extinção de diversos povos indígenas, não apenas na dimensão cultural, mas existencial, diversas heranças dos povos originários estão presentes na cultura do povo brasileiro, o que evidencia a resistência daqueles que por muito tempo foram tratados como bárbaros e até hoje sofrem com o descaso resultante de um processo colonizador totalmente invasivo e discriminatório promovido pelos europeus.

No entanto, o contexto do indígena brasileiro e os processos de invasão ocorridos, sobretudo, na costa do Brasil Colônia não são eventos históricos independentes. Na construção deste TCC, sob a orientação do Prof. Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior, que estuda a América Hispânica, decidimos ampliar a proposta de pesquisa inicial para pensar a invasão europeia na América Latina desde o ponto de teóricos vista do sul do mundo.

Ao tomar conhecimento da formação do Prof. Veranildo sobre a literatura hispano-americana, acabei enveredando pelos estudos decoloniais, especialmente, pelas contribuições de Aníbal Quijano, que tenta libertar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica, o que foi fundamental para a análise da obra de Gândavo.

Por esta razão, surge também a necessidade de contextualizar as escolhas feitas na construção deste TCC, para que o/a nosso/a leitor/a compreenda os passos que possibilitaram um amadurecimento da nossa pesquisa no curso de Letras - Língua Portuguesa do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – UFPB/campus I.

## INTRODUÇÃO

O Brasil, país de dimensões continentais, carrega em si diversos traços que o constitui como multicultural através da forte miscigenação presente em todas as suas regiões. Tal consequência resulta da presença colonizadora europeia, que desde o início do século XVI, com a invasão portuguesa abrindo a fase pré-colonial, desenvolveu grande exploração no chamado “novo mundo”. Os primeiros acontecimentos e percepções dos colonizadores foram descritos por meio de cartas e crônicas enviadas à corte de Portugal, com o objetivo de fazer a nova colônia conhecida através das características que lhe eram próprias, bem como fomentar a emigração portuguesa.

Entre os autores responsáveis pelo que se conhece como os primeiros escritos em língua portuguesa no Brasil, encontra-se o cronista e historiador Pêro de Magalhães Gândavo, autor do *Tratado da Terra do Brasil* e da *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, o primeiro escrito provavelmente na década de 1570, mas que só foi publicado em 1826 pela Academia Real das Ciências de História de Portugal, já a *História da Província*, no ano de 1576, também em Portugal. As referidas obras, atendendo às exigências da coroa, além de descrever as riquezas naturais do Brasil, também relatam questões referentes às capitanias e condições de vida dos nativos da terra, a quem prontamente chamaram de “índios”.

Essas questões são demasiadamente pertinentes para compreender o pontapé inicial do que mais adiante seria conhecido como arte literária intrinsecamente brasileira, pois, como aborda Alfredo Bosi em sua *História Concisa da Literatura Brasileira*, “o problema das origens da nossa literatura não pode formular-se em termos de Europa, onde foi a maturação das grandes nações modernas” (BOSI, 2017, p. 12), o que leva o brasileiro a ter um olhar mais voltado para si com o objetivo de compreender esses primeiros sinais de sua história enquanto colônia.

O autor mencionado ainda apresenta um complexo colonial de vida e de pensamento, determinando também essa questão como uniforme no surgimento das outras literaturas americanas. Ou seja, o complexo colonial citado por Bosi é caracterizado pelas realidades existentes à época do início da colonização, formando assim este princípio cultural através da organização exploratória: “a terra a ser ocupada, o pau-brasil a ser explorado, a cana-de-açúcar a ser cultivada, o ouro a ser extraído; numa palavra, a matéria prima a ser carregada para o mercado externo” (BOSI, 2017, p.12). Diante disso, é perceptível que a dinâmica da exploração das novas terras invadidas e que passaram a pertencer à Portugal se deram desde o primeiro

momento da chegada dos portugueses, o que não se difere do processo de invasão das Américas como um todo, constituindo o caráter colonizador como extremamente exploratório às riquezas naturais próprias do lugar.

Como enviado da coroa portuguesa para sistematizar pioneiramente de maneira escrita as riquezas do Brasil, Gândavo representa a visão colonizadora que oferece as descrições da nova terra. Seus escritos são de profunda relevância para compreender a história do país, sobretudo após o início do processo de colonização, bem como pelo fato de serem considerados como um dos primeiros textos históricos sobre o Brasil em língua portuguesa. As obras carregam muito do universo triplo do autor: humanista, católico e colonizador, que embora sejam feitas menções sobre os nativos, é notória a ausência de certa profundidade quando comparada à outras questões, como por exemplo à riqueza dos recursos naturais, o que transparece certa insignificância para com os que aqui já estavam, muito antes da invasão portuguesa.

Como dito anteriormente, a estratégia do colonizador é sempre caracterizada por um conjunto de ações exploratórias e com teor evidentemente discriminatório, como é possível observar nas obras de Gândavo referente aos povos indígenas que habitavam toda a costa brasileira. O português, repleto e convicto de sua cultura e religiosidade, chega à nova terra e encontra os nativos que também tinham sua cultura e religiosidade própria, entretanto, as limitações existentes no olhar do colonizador o fazem desconsiderar toda e qualquer existência cultural entre aqueles habitantes, julgando-os como seres estranhos e sem humanidade. Sobre isso, Ribeiro enfatiza:

O que aconteceu, e mudou total e radicalmente seu destino, foi a introdução no seu mundo de um protagonista novo, o europeu. Embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas. Principalmente como uma infecção mortal sobre a população preexistente, debilitando-a até a morte (RIBEIRO, 1995, p. 30).

Essa questão abordada por Darcy Ribeiro, aterroriza ainda mais a imagem do colonizador, pois além da invasão geográfica, que interferiu diretamente na dimensão cultural e religiosa do nativo, o colonizador também é responsável por transmitir doenças jamais vistas por entre os povos originários tornando uma fatalidade entre eles. Tais situações provam a contribuição aterrorizante do homem europeu e colonizador ao indígena brasileiro, que apesar do comportamento invasivo e discriminatório, no primeiro momento apresentou-se como pacífico visando a aceitação da invasão propriamente dita e mais ainda, objetivando a mão de obra escrava em troca de especiarias nunca vistas antes pelos nativos.

As descrições feitas por Pêro de Magalhães Gândavo trazem à tona a concretização dessa visão característica do colonizador, que desenvolve em si um pensamento individualista e pessoal, de modo que a partir do seu olhar limitado é desconsiderado todo e qualquer princípio cultural e histórico já existente que não seja o seu, determinando sua cultura como forma de vida única, correta e necessária, o que também pode ser percebido ao analisar o processo de colonização de outros países da América Latina.

Isso torna possível perceber a ignorância e autoritarismo do colonizador que apresenta tão somente as suas observações, fazendo o nativo ser conhecido sob uma visão turva e limitada, desconsiderando a sua rica realidade cultural, o que resulta em um distanciamento com os aspectos que tangem os povos originários do Brasil, uma realidade que ultrapassa os séculos e implica na própria assimilação da história do Brasil de fato e do seu habitante primeiro: o indígena.

O antropólogo e escritor brasileiro Darcy Ribeiro, em sua obra *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil* (1995) apresenta um estudo na tentativa de promover um encontro do Brasil consigo mesmo e afirma que é uma tarefa muito árdua abordar a questão dos povos originários no princípio de sua colonização quando só existem heranças escritas que retratam a versão da história pelo colonizador. Ou seja, uma visão limitada do europeu invasor, não só representada por Gândavo, mas por outros escritores portugueses que estão presentes em tantos livros de história e arte, o que obviamente não se enquadra como uma problemática quanto à essa situação, mas pela dificuldade de aprofundar-se verdadeiramente na história de um país que não se conhece ou pouco busca se conhecer.

Partindo do pressuposto de que as descrições do colonizador acerca do nativo são de teor nitidamente discriminatório e considerando o fato de que são os únicos recursos escritos sobre a temática no início da colonização, a partir da obra de Pêro de Magalhães Gândavo, delineamos um objetivo geral, a saber: problematizar o processo de exploração das terras brasileiras a partir de uma ótica de (re)construção da nossa própria história, tendo como *corpus* os escritos de Gândavo. São objetivos específicos:

- 1) Discutir os elementos de um discurso colonizador e colonial em Gândavo;
- 2) Analisar a construção de um contradiscurso de resistência dos povos originários diante da invasão portuguesa no Brasil.

Este trabalho propõe analisar narrativas do colonizador e do colonizado sobre o processo de exploração das terras nacionais a partir de duas obras do cronista e historiador português

Pêro de Magalhães Gândavo, tendo como corpus as obras: *Tratado da Terra do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, observando de que maneira o autor descreve os povos indígenas, cientes dos aspectos culturais que há muitos anos antes do início da colonização já faziam parte do seu cotidiano.

Para fundamentar teoricamente esta pesquisa, serão utilizados os aportes de Bosi: *História Concisa da Literatura Brasileira* (2017); Holanda: *Raízes do Brasil* (1995); Ribeiro: *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil* (1995); Sodré: *Retratos do Brasil* (1967); Aragão: *Breve notícia sobre o descobrimento da América* (1892); Hemming: *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros* (2007), entre outros autores cujas obras objetivam trazer à luz um Brasil real, mas tão esquecido e longe do que se sabe de sua história no que diz respeito ao trâmite de um sistema seletivo e opressor.

Na análise do *corpus* nos embasamos nos estudos decoloniais e no pensamento de Aníbal Quijano, na tentativa de uma releitura dos escritos eurocentrados sobre a América Latina, a partir das obras de Lander: *A Colonialidade do Saber* (2005); Mignolo: *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade* (2017) e Quijano: *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005).

No primeiro capítulo, abordaremos a colonização desde os seus primeiros momentos, seguindo uma lógica do macro ao micro: da América Latina desde as expedições de Colombo até as de Cabral no Brasil, elencando os primeiros momentos do percurso histórico colonial até as percepções dos europeus sobre os povos originários. No segundo capítulo, utilizaremos fundamentos teóricos para discutir os textos de informação e sua importância para a literatura, apresentando também o autor e suas respectivas obras analisadas nesta pesquisa. Na análise crítica, discutimos como as crônicas de Gândavo expressam narrativas coloniais construindo a propagação de uma colonialidade intrinsecamente motivada desde os primeiros momentos do Brasil enquanto Colônia de Portugal, o que viabiliza assim a construção de um contradiscurso à essas manifestações eurocentradas.

É válido salientar que estas obras, mesmo sendo caracterizadas como crônicas históricas de informação, são textos utilizados no ensino da literatura brasileira como recursos iniciais, com relação ao fato de serem os primeiros escritos em língua portuguesa no Brasil. Dessa forma, a apreciação desses documentos sob uma óptica teórico-crítica, fará deste trabalho uma contribuição científica sobre o nativo escondido nas descrições colonizadoras, possibilitando um olhar à realidade de um Brasil que precisa atentar à sua originalidade.

## PRIMEIRO CAPÍTULO

### 1 O NOSSO MUNDO: OS COLONIZADORES INVADEM AS NOSSAS TERRAS

“Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias”  
(Darcy Ribeiro).

O processo de colonização do Brasil se assemelha ao dos demais países da América Latina, que também foram invadidos pelos europeus. Neste capítulo, debateremos a colonização da América Latina até chegar às particularidades do processo de invasão Do Brasil, foco de interesse desta pesquisa. Para melhor compreender esse processo histórico, contaremos com os históricos relatos descritivos do diário de Cristóvão Colombo, bem como a carta de Pero Vaz de Caminha, que assim como Pêro de Magalhães Gândavo, descreveu seus relatos de viagem e primeiras percepções do nosso mundo para os europeus.

#### 1.1 Notas sobre a invasão da América Latina

No imaginário do europeu da idade média, a ideia da existência de terras e povos além-mar era carregada de mistérios, lendas e superstições. Em grande maioria, a origem desses mitos e fabulações encontram origens na tradição grega, quando já em 398 a.C., Ctésias de Cnido<sup>1</sup> escrevia sobre a existência de seres diferentes das características humanas, não somente em relação à questão física, mas também social e cultural. Essas tradições, com o passar do tempo foram adaptadas sobretudo pelos portugueses e espanhóis e atribuídas às localidades até então não exploradas, principalmente as Índias, através dos relatos de navegadores e exploradores que chegaram a ter contato com essas terras antes do processo de invasão propriamente dito.

---

<sup>1</sup> Ctésias de Cnida foi um historiador e médico grego, que viveu na época de Ciro (príncipe e general persa). Foi feito prisioneiro e viveu dezessete anos na corte de Artaxerxes II, devido às suas habilidades médicas. Considerado o mais importante autor da história da Pérsia e das Índias, escreveu relatos sobre as duas nações que sobreviveram por meio de resumos e citações por diversos autores gregos, principalmente por Pothios.



**Figura 1:** Criaturas monstruosas que, segundo os europeus, habitavam as Índias.<sup>3</sup>

Além da tradição mitológica que foi se enquadrando nos parâmetros da cultura europeia, é válido salientar que a ideia de um novo mundo para os europeus também tem origens platônicas, como enfatizado por Aragão (1892):

Entre os egypcios, gregos e romanos, hebreus e árabes, já havia a tradição de que, além da Europa e da África, no extremo do Oceano Atlântico existia um grande continente. Platão fallou da Atlantica, imensa ilha para lá das columnas de Hercules e do Oceano, e cujos limites eram desconhecidos. Plutarco tambem dá alguns indicios da existencia do vasto continente, e pelas inscripções punicas que se teem encontrado, parece que os carthaginezes ali aportaram (ARAGÃO, 1892, p. 3, grifo nosso).

Apesar das crenças nas lendas e fábulas mitológicas, o europeu tinha grande curiosidade e interesse em chegar à novas terras, levando em consideração a possibilidade da existência de um grande continente como abordava Platão, como também navegadores e mercadores como Marco Polo que relataram suas expedições à China, servindo de inspiração para outros europeus como Cristóvão Colombo. O desejo de descobrir novas terras e apropriar-se delas era fomentado pela busca do ouro e outras preciosidades que possibilitassem o fortalecimento da coroa e variados interesses pessoais dos poderosos europeus.

Embora a história no decorrer do tempo tenha estudado e compreendido a existência de algumas expedições às Américas antes de 1492, a mais conhecida e aceita é a de Cristóvão Colombo, que determinou o início do processo de colonização e exploração. De acordo com Aragão (1892), Colombo nasceu em Genova no ano de 1437, filho de Dominico Colombo e Susana Fontanarrossa. Estudou em Pavia, com especialização em navegação, o que o levou a

<sup>2</sup> Esta imagem foi retirada do livro *Esquecidos por Deus*, de Mary del Priore, publicado em São Paulo, pela Companhia das Letras no ano 2000.

<sup>3</sup> A imagem retrata o imaginário dos europeus ao acreditarem na existência de criaturas fantasiosas nas Índias. Entretanto, após o contato estabelecido pelo processo de invasão, o homem europeu desmistifica essa questão e a atribui à outras terras ainda desconhecidas, referindo-se ao próprio oceano atlântico e além dele, o novo mundo.

interessar-se por viagens marítimas, de preferência, aventureiras. Repleto de ideias, projeta um plano de expedição às Índias, partindo de Portugal, onde então vivia, o que não foi bem aceito pelo rei e os poderosos da corte. Todavia, “não foi só em Portugal que se duvidou dos maravilhosos planos de Colombo: o mesmo lhe aconteceu com as propostas feitas a Gênova, Veneza, França e Inglaterra” (ARAGÃO, 1892, p. 24). Foi somente na Espanha que Colombo conseguiu êxito ao apresentar sua proposta de descobrimento aos reis católicos que viabilizaram os recursos necessários para a expedição do explorador genovês.

É importante frisar que, antes das expedições lideradas por Cristóvão Colombo, muitos são os relatos de navegadores e mercadores que teriam chegado ao “novo mundo”, até mesmo devido a erros na rota ou na própria embarcação. Sendo projetado ou não, o que a história compreende é que Colombo não pode ser considerado como pioneiro a respeito da presença europeia continente americano. Um exemplo é a própria intervenção portuguesa, onde Colombo planejou as expedições e não obteve êxito, mas também determina a um lusitano o “descobrimento” das Américas, mesmo sem fazer uso de uma argumentação sólida que prove o acontecimento:

Tem-se atribuído o descobrimento da Terra Nova a João Vaz Corte-Rêal, o que daria aos portugueses a prioridade da descoberta da América. Este assumpto veio á tela da discussão n'este século por varios escriptores, sendo dos principaes Sebastião Francisco Mendo Trigoso, Joaquim José Gonçalves Mattos Correia, o sr. Luciano Cordeiro... e outros, baseando-se essencialmente na História Insulana do P. Antonio Cordeiro. Este auctor não cita documento algum que comprove o facto: copiou sem critério as Saudades da Terra do dr. Gaspar Fructuoso, servindo-se tambem de um manuscrito anonymo, devido a tradições vagas, e accrescentou por vezes algumas invenções da sua lavra, no intuito patriotico de abrilhantar mais os serviços maritimos dos açorianos. (ARAGÃO, 1892, p. 33)

É certo que todos esses relatos, até antes mesmo das expedições lideradas por Colombo, lhe serviram de grande inspiração para o planejamento de sua viagem. Mas o que não pode deixar de ser considerado são os medos provavelmente sentidos por ele e os demais tripulantes, tendo em vista as situações impostas ao então desconhecido e às tantas lendas que povoavam o seu imaginário. Mas, o seu anseio pela exploração era maior que o medo de não voltar, diferentemente de alguns monarcas que preferiram não arriscar o investimento na desafiadora proposta de navegação. Diante de todo esse vigor de Cristóvão Colombo, pressupõe-se que seu objetivo residia no enriquecimento e no reconhecimento da conquista, assim como tantos navegadores. Entretanto, ao analisar os seus escritos, nota-se uma causa superior ao seu enriquecimento, questionado por Todorov (2010):

Apesar de toda a sua segurança, Colombo não podia ter certeza de que no fim do oceano não havia um abismo, e, conseqüentemente, a queda no vazio. Não podia ter certeza de que a viagem para o oeste não significava uma longa descida – estamos no cume da Terra – e que não seria difícil demais subir de novo. Em resumo, não podia ter certeza de que o retorno era possível. A primeira pergunta nesta investigação genealógica será, por tanto: O que o levou a partir? Como a coisa aconteceu? (TODOROV, 2010, p. 5).

Ao analisar o itinerário histórico dos “descobrimientos” é possível compreender que os interesses estabelecidos pelas nações para a exploração, nada mais são do que o desejo de enriquecimento com a expansão dos seus territórios e a busca do ouro e outras preciosidades. Entretanto, Colombo, em seus escritos tratando das navegações, descreve que os reais motivos que o levaram a planejar a expedição ao “novo mundo” tinham teor completamente religioso, mesmo considerando a relevância do ouro e a apropriação de novas terras.

Sustentando o plano de navegação, Cristóvão Colombo enfatizava que o seu projeto era o cumprimento de uma determinação de Deus para a propagação do catolicismo, dada às manifestações do protestantismo. Tais informações encontram-se relatadas em seus arquivos pessoais: “nosso senhor bem sabe que eu não suporto todas estas penas para acumular tesouros nem para descobri-los para mim; pois, quanto a mim, bem sei que tudo o que se faz neste mundo é vão, se não tiver sido feito para a honra e o serviço de Deus” (TODOROV, 2010, p. 7). Só assim narrativa de Colombo foi aceita pelos reis católicos da Espanha, que financiaram todos os custos da expedição pelo oceano atlântico com uma tripulação de 120 homens, no ano de 1492, que após o enfrentamento de muitos desafios no mar, avistaram as ilhas de Cuba, Lucayas e S. Salvador, assim denominadas por eles, na América Central.

Com a chegada ao “novo mundo”, os europeus deparam-se com os nativos da terra, que andavam nus, tomavam banho nos rios e praias e tinham seus costumes e modos próprios, que automaticamente foram malvistas pelos invasores. Esse primeiro contato foi descrito por meio de correspondências enviadas à Europa produzidas pelos navegadores e exploradores que chegaram às Américas, provando o êxito das expedições e dando notícias do que fora encontrado. Sobre isso, o autor mexicano Portilla (2003), ao analisar o processo de invasão da América, enfatiza:

Revelación y asombro para los europeos de los siglos XVI y XVII, fueron las crónicas, noticias y relaciones de los descubridores y conquistadores del Nuevo Mundo. Europa – continente antiguo, poseedor de larga historia – mostro avidez por conocer las extrañas formas de vivir de esos “pueblos bárbaros”, que sus navegantes, exploradores y conquistadores iban “descubriendo” (PORTILLA, 2003, p.5).

---

<sup>4</sup> Todas as traduções são nossas, salvo menção: Revelação e assombro para os europeus dos séculos XVI e XVII, foram as crônicas, notícias e relações dos descobridores e conquistadores do Novo Mundo. Europa – antigo

É certo que a realidade encontrada pelos invasores europeus ao chegarem às Américas, com a afirmativa de terem encontrado então as Índias, muito se diverge do que tão exageradamente era pensado além-mar. Entretanto, o estranhamento continuou sendo uma realidade a partir do momento que o homem branco se depara com uma cultura totalmente distinta da sua em tantos sentidos. Esses povos, de acordo com a maioria dos escritos da colonização, são considerados como “gente bárbara, idólatras entregados a la antropofagia y a la sodomía, mientras que en otras son descritos como dechado de virtudes naturales” (PORTILLA, 2003, p. 5).<sup>5</sup>

O enfoque dado à essas questões demonstram o papel central do colonizador que determina os seus costumes e cultura como unicamente correta, fazendo do processo de colonização uma exploração não apenas das terras e do ouro, mas dos povos originários, que desde o primeiro momento foram tratados com discriminação não apenas pelas feições, mas sobretudo pela cultura, incluindo a perspectiva religiosa:

a necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim. Na verdade, Colombo tem um projeto mais preciso do que a exaltação do evangelho no universo, e tanto a existência quanto a permanência deste projeto revelam sua mentalidade (TODOROV, 2010, p. 7).

A aproximação do europeu com o nativo proporciona um acontecimento carregado de interesses da parte dele (o invasor), na busca do ouro e de novos territórios com o auxílio daqueles que há muito tempo já habitavam as terras invadidas. No caso de Colombo, inicialmente muito animado pela única motivação de propagar o cristianismo, nota-se em certo momento, um exercício de contradição quando ele mesmo muda o seu ritual de oração: “Que Nosso Senhor me ajude, em sua misericórdia, a descobrir este ouro” (TODOROV, 2010, p. 5).

Para a realização da descoberta, Colombo e os demais invasores contavam com a colaboração inocente dos indígenas, que por conhecerem profundamente a terra em que viviam, facilitavam o processo de acesso às preciosidades. Em troca, o europeus os ofereciam objetos nunca vistos por eles, até mesmo coisas absurdas, como o próprio Colombo descreve: “Até pedaços de barris quebrados aceitavam, dando tudo o que tinham, como bestas idiotas!” (TODOROV, 2010, p. 23). Esses e tantos outros fatos demonstram o caráter dominador do colonizador europeu, movido inicialmente por uma perspectiva religiosa, e que seguindo com

---

continente, dono de uma larga história – mostrou afeição por conhecer as estranhas formas de viver dos “povos bárbaros”, que seus navegantes, exploradores e conquistadores iam “descobrir”.

<sup>5</sup>Gente bárbara, idólatras entregues ao canibalismo e a sodomia, enquanto em outros eles são descritos como um modelo de virtudes naturais.

ela, secundariza a motivação do poder com o objetivo de uma exploração e apropriação das terras e imposição de sua cultura aos povos originários, colocando em prática os mecanismos característicos do processo de colonização.

## **1.2 A chegada dos portugueses no Brasil**

A invasão ao grande continente proporcionou prestígio econômico para os países do segundo menor continente do mundo através do processo de colonização, iniciando pela Espanha com as expedições lideradas por Cristóvão Colombo. Entretanto, as viagens marítimas eram uma realidade para muito além das invasões com os fins de colonização, mas também como procura de preciosidades, a própria comercialização e a expansão marítima.

É justamente no desenrolar das expedições comerciais que se encontram as origens de todo o processo de navegação com o objetivo da expansão das rotas marítimas e territorial dos países europeus, como afirma Sodré (1967, p. 30): “Em Portugal, as frotas que se lançam ao desconhecido ou aos roteiros ainda imprecisos, constituem-se na base da iniciativa particular, dos mercadores, em sua maior parte”. Para a fomentação do comércio, o olhar europeu se volta para o oriente, onde se estabelece o maior fluxo cultural de especiarias. Como grandes expoentes desse processo, Espanha e Portugal constituem-se como protagonistas da apropriação e exploração desses bens orientais, na disputa assídua com outras nações. Os dois países, mais tarde, estariam amplamente envolvidos em um processo de colonização de novos territórios.

Com a invasão europeia às Américas, a Espanha toma à frente no corajoso projeto de dominação além-mar, e assim, de acordo com Sodré (1967), Portugal torna-se secundário na exploração do ouro e demais propriedades que desde o início da presença espanhola foi sendo explorado. Em Portugal, o desejo de exploração é cada vez mais crescente e, conseqüentemente, após as viagens de Colombo, torna-se ainda maior o desejo de expansão do seu território, levando também em conta a descoberta do caminho marítimo para as Índias por Vasco da Gama, em 1498.

Vale lembrar que pouco antes disso, acontece o tratado de Tordesilhas, assinado pelo Papa Alexandre VI, com a participação dos reis católicos da Espanha e o rei de Portugal em 7 de junho de 1494, para então firmar a “delimitação de áreas de influência divididas entre os dois reinos” (MOREIRA, 1976, p. 11). O anseio pela fomentação econômica e social sempre visando a perspectiva europeia como imposição é evidentemente o maior desejo do explorador europeu, e, assumindo esse ímpeto, tratando da realidade portuguesa, nota-se a nova expedição

às Índias em 1500, mas dessa vez com um propósito diferente e liderada por outro navegador, como enfatiza Aragão:

Dom Manuel continuou as empresas marítimas dos seus antecessores, e escolheu Vasco da Gama para a descoberta das Índias Orientais, grandioso encargo de que ele tão brilhantemente se desempenhou. Cumpria, depois de consolidar o tracto comercial com aqueles povos, castigar alguns que sem motivo haviam hostilizado traiçoeiramente a pequena expedição portuguesa. N'este intuito se aparelhou no Tejo uma armada de treze embarcações, guarnecidas com 1200 homens, cujo commando foi confiado a Pedro Alvares Cabral (ARAGÃO, 1892, p. 37).

Para muito além da delimitação como forma de organização, cujo propósito é manifestado no tratado, a sua realização também se objetiva por interesses explicitamente particulares de dois Estados em expansão (Portugal e Espanha). A própria linha imaginária articulada no tratado demonstra uma particularidade que possibilita muitas discussões entre os historiadores, principalmente que estudam a história do Brasil: “discute-se muito as razões secretas da escolha da linha divisória, sendo a questão mais debatida a de saber se D. João II tinha já nessa data conhecimento da existência do Brasil” (MOREIRA, 1976, p. 11). Mas, de acordo com Hemming (2007), mesmo que os reis de Portugal soubessem da existência das terras ao sul da América antes da negociação do tratado, a chegada dos portugueses ao Brasil foi um acontecimento fortuito.

A partida de Pedro Alvares Cabral para as Índias em 1500, com a missão de firmar os acordos não estabelecidos na expedição de Vasco da Gama e de castigar os rebeldes, é fruto de um projeto colonizador de expansão e enriquecimento, que acaba com um resultado diferente do que inicialmente seria planejado. Sendo assim, de acordo com Hemming:

Foi no dia 22 de abril de 1500 que os portugueses avistaram o Brasil pela primeira vez. Uma frota de treze caravelas comandada pelo jovem nobre Pedro Álvares Cabral estava a caminho da Índia, com o propósito de contornar o cabo da Boa Esperança, recentemente descoberto, mas foi impelida a uma distância excessiva, no rumo do oeste, atravessando o atlântico em direção ao Brasil. Seus marinheiros se deram conta de que estavam aproximando-se da terra. Foram em frente e viram uma elevação arredondada, que seu comandante denominou Monte Pascoal. Avançaram ainda mais e lançaram âncoras a uma profundidade de quase vinte metros e a uma distância de cerca de um quilômetro e meio de um rio margeado por florestas (HEMMING, 2007, p. 33).

As informações dos primeiros momentos da presença portuguesa na terra que posteriormente seria chamada de Brasil são relatadas por Pero Vaz de Caminha, um cavaleiro português que acompanhara Cabral como secretário da feitoria real. A carta de Caminha endereçada a Dom Manuel I, rei de Portugal, descreve o deslumbramento do europeu ao

deparar-se com a nova terra, que de princípio foi denominada de Ilha de Vera Cruz, devido à incerteza em relação ao tamanho do território, tendo em vista que no início, a invasão portuguesa se restringiu à costa.

A carta tem uma grande importância para a história do Brasil, tanto por ser o primeiro escrito oficial do país, quanto pelo seu *corpus*, relatado com tanta riqueza de detalhes, comprovando a boa dinâmica do autor, como define Hemming: “Nele se unia a perspicácia da observação à abundância de pormenores deleitáveis, o que lhe garantiu o posto de primeiro observador etnológico do Brasil” (HEMMING, 2007, p. 34). Diante disso, é indissociável analisar a história do Brasil sem levar em consideração a importância de tão relevante documento.

Ao chegar nas novas terras, o europeu depara-se com uma realidade totalmente distinta do seu cotidiano, e após o relato da viagem marítima e das primeiras visualizações de terra, Caminha relata o momento em que avistam os primeiros povos nativos: “e dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro” (CAMINHA, 2023, p. 2). Essa pequena quantidade avistada naquele primeiro momento da invasão portuguesa, representava então a grande nação dos povos originários espalhados pela costa, como apresenta Ribeiro:

Somavam, talvez, 1 milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a 2 mil habitantes. Não era pouca gente, porque Portugal àquela época teria a mesma população ou pouco mais (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Ainda analisando os aspectos iniciais da carta, nota-se a realização da primeira atividade cristã católica, com a missa celebrada nas intermediações do litoral sul do que se conhece hoje como o estado da Bahia, na cidade de Porto Seguro, palco da invasão portuguesa. A missa foi assistida pelas tropas portuguesas e pelos nativos, que se depararam com um acontecimento nunca visto anteriormente. Na carta, Caminha relata detalhadamente:

Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual disse o padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção (CAMINHA, 2023, p. 6).

Poucos foram os dias que os portugueses passaram no Brasil após a invasão, mas suficientes para que fossem dados os primeiros passos característicos do processo de colonização, e um exemplo é a celebração da missa, culto da religião predominante do

continente europeu. O contato primeiro com o indígena também se enquadra nessas características, estabelecido através da apresentação de elementos próprios dos costumes europeus, o que mais tarde resultaria no escambo entre o europeu e o nativo a partir da troca de utensílios e objetos pela mão de obra. Algo muito pertinente a ser considerado foi o destino de dois tripulantes, condenados à morte pela coroa portuguesa, que segundo Hemming (2007), vieram nas tropas com o propósito de firmarem casamento com nativas, em qualquer que fosse a situação, e Cabral tomou a decisão de deixá-los na recém intitulada Ilha de Vera Cruz. Ainda de acordo com o autor, aí acontece instintivamente a miscigenação como forma mais rápida de espalhar o sangue europeu pelo mundo.

No fim da carta, após ter descrito com detalhes informações muito pertinentes sobre a nova terra, Caminha faz uma importante menção:

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muitos bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se á nela tudo; por causa das águas que tem (CAMINHA, 2023, p. 14).

Mesmo com os sinais feitos pelos nativos quando observavam os objetos de ouro trazidos de Portugal, como uma expressão de modo a manifestar a também existência de preciosidades na nova terra, os portugueses ficam muito encantados com tudo que a exterioridade da natureza era capaz de manifestar e concebem a terra como demasiadamente rica de potencialidades em relação à fauna e flora.

De acordo com Hemming (2007, p. 43), os portugueses “tão cedo se certificaram de que não havia riquezas tão óbvias”. Sendo assim, após alguns anos da chegada dos portugueses, é da exuberância das grandes e verdes árvores que se inicia o primeiro movimento de exportação com o ciclo do pau-brasil: “árvore alta, de casca cinza e folhas perenes, verde-claras” (HEMMING, 2007, p. 43), que dentro do seu tronco tinha uma textura avermelhada muito utilizada para o tingimento de tecidos e muitas outras especialidades. O pau-brasil já era de conhecimento dos europeus antes da invasão do novo mundo, como afirma Souza:

O conhecimento do pau-brasil parece remontar ao século IX pelos itinerários dos árabes El-Hacem e Abuzie, publicados por Renandot nas ‘Antigas Relações com as Índias’ e onde se designa com o nome persa Bakhham que ele traduziu em latim *Bresilium*. O pau-brasil é muito parecido nas qualidades com uma planta de Samatra, donde se extrai também tinta da mesma cor. Tanto esta droga como o pau-brasil eram importados para a Europa pelos árabes, vindo do oriente pelo mar vermelho, e por terra atravessando o Egito (SOUZA, 1939, p. 82)

É evidente que nos primeiros momentos da invasão, não foi possível constatar a existência do pau-brasil na nova terra. Mas, nos anos vindouros, a árvore que posteriormente iria dar o nome definitivo da nação é então percebida em grande quantidade, estendendo-se por toda a costa percorrendo do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte, tendo assim, a maior quantidade em toda a América, como aborda Sodré (1967, p. 37): “a atividade predominante foi a que se prendeu ao pau-brasil, que fornecia matéria prima de consumo relativamente largo na manufatura da tecelagem, já bastante desenvolvida na Europa”.

Portugal como responsável pela invasão das novas terras e pioneira na exportação do pau-brasil, não se limita nesse processo, mas visando o fortalecimento econômico, possibilita a participação de outras nações: “foi êle procurado e carregado por navegadores de nações diversas, particularmente franceses, além daqueles que a Coroa lusa fez concessões ou estabeleceu arrendamentos” (SODRÉ, 1967, p. 37).

É através do pau-brasil que a nova terra dá início ao seu desenvolvimento econômico destinado à Coroa Portuguesa e demais nações autorizadas para realizarem a exportação. O que era uma terra relativamente sem riquezas exteriorizadas, passa, a partir do pau-brasil, a caracterizar-se por possuir um ouro vermelho que foi a “razão das primeiras lutas ao longo da nossa costa, o motivo das primeiras preocupações políticas em tórno da posse de nosso território” (SOUZA, 1939, p. 98). No desenvolvimento das atividades desde o corte até o carregamento das toras da árvore para os navios, o nativo teve fundamental participação:

A feitoria era constituída por um grupo, quase sempre numéricamente diminuto, de homens, deixados num ancoradouro ou aguda propícia, e encarregados da derrubada e transporte da madeira para a praia. O trabalho era fornecido pelos indígenas e retribuído em objetos que os seduziam. Outras vèzes, êsse trabalho se realizava totalmente quando da permanência de navios ou de frotas, deixando de existir a feitoria para isso (SODRÉ, 1967, p. 37, grifo nosso).<sup>6</sup>

Mesmo com os contatos iniciais entre os nativos e os europeus na invasão portuguesa, como descritos por Pero Vaz de Caminha, é a partir desse primitivo ciclo econômico que se estabelece a aproximação de fato entre os nativos e o europeu através do escambo. Foi através desse sistema que teve início a exploração da mão de obra indígena através da troca de utensílios e objetos nunca imaginados pelos nativos, que ao depararem-se com àquela realidade logo se encantavam e dedicavam-se no pesado trabalho de corte, separação e carregamento da madeira do pau-brasil para os navios e finalmente serem levados para a Europa.

---

<sup>6</sup> Assim como em outras citações, nos atentamos a referenciá-las de acordo com a ortografia que apresentam em suas respectivas publicações.

Além da importância do pau-brasil como primeiro movimento de exportação, a árvore influenciou diretamente no nome da nova terra, que antes da invasão europeia era chamada pelos nativos de Pindorama (terra das palmeiras) e a partir de 1500, passa por diversos momentos de alteração, como apresenta Souza:

O nome da nossa Pátria originou-se, sem duvida, do pau-brasil. Foi o primeiro gênero de comércio da terra achada em 1500 que, vencendo outras denominações, inclusive as oficiais, acabou por denominar exclusivo, como nome de um dos mais extensos territorios da America. Ilha de Vera Cruz (1500), Terra Nova (1501), Terra da Vera Cruz ou do Brasil (1503-Cretico), Terra de Santa Cruz (1503), Ilha da Cruz (1505), Terra dos Papagaios (1501), Terra do pau-brasil (1503), Terra do Brasil (1505), Terra Santa Cruz do Brasil (1527) e, pelo imperativo do minimo esforço, simplesmente Brasil (SOUZA, 1939, p. 97).

O fato de se ter chegado à denominação de simplesmente “Brasil”, causou certo repúdio em muitos, principalmente nos que chamaram a nova terra de Ilha de Vera Cruz, fazendo alusão direta à tradição cristã, associando inclusive ao tempo litúrgico que se celebrava pela Igreja: a Páscoa. Isso também influenciou na escolha do nome dado à elevação vista pelos invasores quando ainda estavam no mar, que foi o caso do Monte Pascoal, o que mostra a alta representatividade e influência da Igreja Católica naquele contexto histórico em que a revolta protestante criava força e articulações. Um dos críticos desse feito é o historiador João de Barros (1496-1570), também considerado como pioneiro na estruturação da gramática da língua portuguesa, que enfatiza:

Admoesto da parte da Cruz de Christo a todos os que este logar lerem, que dêem a esta terra o nome que com tanta solenidade lhe foi posto sob pena de a mesma cruz, que nos há de ser mostrada no dia final, os acusar de mais devotos do pao brasil que della... Porque na verdade mais é de estimar e melhor sôa aos ouvidos da gente christã o nome de um pau em que se obrou o mysterio da nossa redempção, que o doutro que não serve de mais que de tingir pannos e coisas semelhantes (SOUZA, 1939, p. 98).

Com a comercialização do pau-brasil, o português flexibiliza o acesso de outros países à terra por eles invadidas para que então as forças fossem ainda mais estabelecidas, fortalecendo a coroa portuguesa, bem como a emigração. Com isso, o Brasil passa a ser cada vez mais explorado, dessa vez, não limitando-se apenas à enorme costa litorânea, mas alcançando diversas outras localidades habitadas ou não pelos povos originários, sempre com alto potencial natural, que é uma das grandes características do Brasil, percebida desde os seus primeiros observadores.

### **1.3 As capitâneas:** organização geográfica do Brasil Colônia

Embora a comercialização do pau-brasil tenha se estabelecido como grande expoente do ciclo econômico da nova terra, quando comparado às Índias, também explorada pelos portugueses, o Brasil era secundarizado pelo colonizador europeu. Diferente da Índia que tinha uma vasta dimensão comercial, chamando a atenção da Europa colonizadora, o Brasil limitava-se tão somente à exportação do pau-brasil para Portugal e outros países da Europa, com a autorização da coroa portuguesa.

Para muito além da visão inicial do europeu que pensava numa terra formada unicamente por uma ilha repleta de florestas fechadas, a civilização que encontrou nestas terras também não chamava a sua atenção. No contexto das terras exploradas pela Espanha, a realidade era diferente, pois, de acordo com Furtado (2005), as civilizações encontradas pelos espanhóis se constituam como nações avançadas, com alto índice de organização social e portadoras de uma grande quantidade de metais preciosos, a exemplo do ouro e da prata. Sendo assim, para o invasor castelhano, a aproximação com os nativos da terra possibilitou um rápido contato com as respectivas preciosidades que eram de posse dos povos originários, bem como as suas origens para o desenvolvimento da exploração mineral.

Ainda na condição do ciclo do pau-brasil, exportado por Portugal e outros países europeus, é que surge a primeira preocupação com as terras do Brasil, por um sentimento de ameaça da França. Sobre isso, Simonsen (1937), determina os prejuízos que a ocupação francesa causou na nova colônia portuguesa:

Duas classes de prejuízo sofria o comércio português por parte dos franceses: dos mercadores franceses, que organizavam expedições para vir buscar na terra de Santa Cruz a madeira tintorial e outros produtos baseados na escusa de que havia liberdade nos mares e que não era vedado aos súditos franceses o comércio com as colônias portuguesas ou com as terras virgens da América: e dos corsários, muitos dos que estavam munidos de carta de corso concedidas pelo próprio rei da França (SIMONSEN, 1937, p. 75).

Diante disso, inicia-se em Portugal uma série de discussões com o objetivo de reverter a situação, de modo que a coroa portuguesa se apossasse cada vez mais da terra que invadiu, expulsando estrangeiros que eram considerados como ameaça. O desenvolvimento da ocupação francesa no Brasil, iniciou-se com a invasão ao Rio de Janeiro no ano de 1555, estabelecendo na Baía de Guanabara a fundação da França Antártica, que durou apenas cinco anos devido ao desbaratamento realizado pelos portugueses, sob a rédea do terceiro governador-geral, Mem de Sá, em 1560. Com isso, os franceses partem para a região do nordeste, onde estabelecem uma relação muito próxima com os nativos da terra, a exemplo dos potiguares, que eram adeptos de

muitas atividades, de modo que tal realização possibilitava um trabalho esforçado desenvolvido com supremacia quando comparado à outras tribos indígenas, como abordado por Hemming:

Os franceses cortejaram os potiguares com botes repletos de mercadorias, pois o pau-brasil da região do rio Paraíba era de excelente qualidade e os índios “eram sujeitos joviais e abordáveis, gente que muito se esforça quando trabalha para os mercadores. Eles dispõem de suficiente energia para carregar a madeira nas costas, percorrendo uma distância de cinco a seis léguas até o mar” (HEMMING, 2007, p. 128).

Para combater essa ameaça, Portugal precisava se restabelecer e projetar uma solução para manter o seu posto de dominação. Daí que surge a iniciativa das capitanias hereditárias, que poderiam ser passadas de pai para filho (por isso, hereditárias), para que de maneira formal as terras do Brasil fossem povoadas e defendidas, iniciando assim o interesse real em um projeto de colonização. Sobre essa reviravolta, Mattos *et al*, enfatizam:

Foi um movimento essencialmente político que, além de constituir o primeiro esforço formal de colonizar as terras do Novo Mundo, definiu uma mudança de postura por parte de Portugal com relação ao seu mais novo território. O descaso com uma terra aparentemente pobre e pouco povoada transformava-se em assunto de primeira importância nas discussões governamentais em Lisboa (MATTOS et al, 2012, p. 437).

As capitanias hereditárias definiam-se como um sistema de organização social a partir da delimitação de propriedades a serem concedidas a donatários, concomitantemente com diversas atribuições que lhes seriam próprias. Essa forma de governo já era uma realidade na coroa portuguesa, sendo desenvolvida nas ilhas da Madeira (Portugal) e Cabo Verde (África Continental), desde o século XV. Além da preocupação com as propriedades, de acordo com alguns historiadores, as capitanias também foram fundadas com o objetivo de difundir a fé católica principalmente entre os nativos, dando continuidade, inclusive, ao sistema das cruzadas. Foi então a partir de uma carta endereçada a Martim Afonso de Sousa, datada em 28 de setembro de 1532, que Dom João III, rei de Portugal, anunciou a divisão, concretizando-a em 1534.

De acordo com Abreu (2009), os donatários que passariam a ser responsáveis pelas capitanias saíram em geral da pequena nobreza. Muitos deles nunca nem vieram ao Brasil, talvez pela insatisfação com a terra cedida pelo rei. A influência católica também foi presente, quanto ao fato do rei enquanto administrador e grão-mestre da Ordem de Cristo, ter concedido grande quantidade de terras à Igreja para a celebração do culto e ofícios divinos. O autor ainda acrescenta sobre os anseios do rei a partir dessa concepção: “exaltar a nossa santa fé católica, com prazer e provocar a ela os naturais da dita terra de infieis e idólatras” (ABREU, 2009, p.



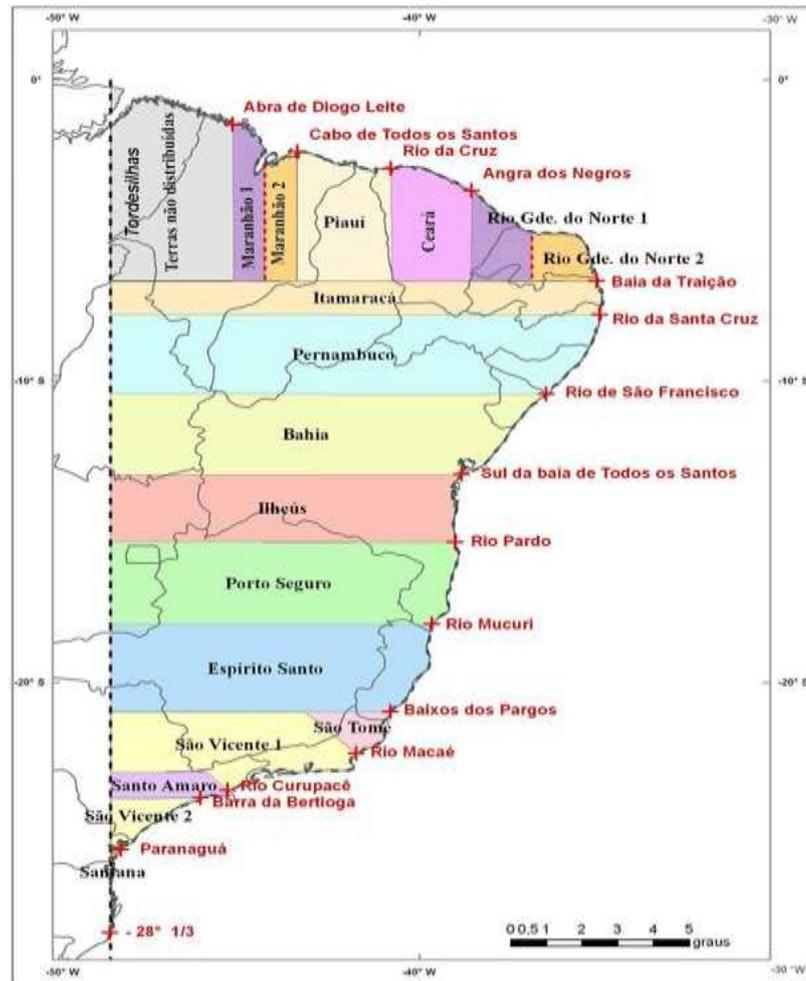
do Brasil. Entretanto, observam-se muitas incoerências, que segundo Cintra (2015), resultam-se da falta de informações verídicas e uniformes na época, contrariando o que deveriam ser as cartas de doação. O autor, inclusive, chega a concluir que se a nomenclatura de cada capitania fosse descrita no mapa de acordo com o nome que lhe fora dado, não considerando apenas a caracterização do donatário, o mapa seria mais coeso. Entretanto, ele conclui que a obra não pode ser considerada como um recurso suspeito, mas que em certo momento da história do Brasil, pode ter feito sentido, tendo em vista que o sistema colonial era carregado de constantes mudanças e adaptações.

Entre os anos 1534 e 1535, o Brasil tinha 15 capitanias hereditárias, sempre iniciando pela costa e prosseguindo ao ocidente com a mesma largura, mas com o passar dos anos, foi-se diminuindo a quantidade por diversos motivos que as levaram ao fim, como a própria adequação climática, muito diferente da Europa, alto custo de investimento sem o devido retorno, falta de comunicação entre as capitanias etc. Uma série de problemas possibilitou o insucesso de algumas capitanias que tiveram suas terras unidas às demais que estavam conseguindo se desenvolver. O próprio Pêro de Magalhães Gândavo, cuja obra é analisada nesta pesquisa, estando provavelmente no Brasil entre 1558 e 1572, descreve oito (8) capitanias com seus respectivos donatários, conforme o esquema a seguir:

<b>Capitanias descritas por Gândavo no Tratado da Terra do Brasil</b>	
<b>Nome da capitania</b>	<b>Donatário</b>
Capitania de <i>Tamaracá</i>	Pero Lopes de Sousa
Capitania de <i>Pernambuco</i>	Duarte Coelho D'Albuquerque
Capitania da <i>Bahia de Todos os Santos</i>	Thomé de Sousa
Capitania de <i>Ilhéos</i>	Francisco Giraldes
Capitania de <i>Porto Seguro</i>	Duque d'Alveiro
Capitania do <i>Spirito Santo</i>	Vasco Fernandes Coutinho
Capitania do <i>Rio de Janeiro</i>	Não consta
Capitania de <i>Sam Vicente</i>	Pero Lopes de Sousa

**Fonte:** Gândavo (2023, p. 3-8, adaptado)

Um estudo recente de Cintra (2013) faz uma importante exploração sobre as capitanias hereditárias com o objetivo de desenvolver uma reconstrução cartográfica do mapa a partir das próprias cartas de doação das terras feitas pelo rei, que continham informações sobre as delimitações de cada uma delas, o que fez o referido autor concretizar uma atualização do mapa das capitanias por ela mesma, ou seja, através dos seus respectivos documentos oficiais:



**Figura 3:** Capitanias hereditárias no momento de sua criação (1534-1536).

**Fonte:** Cintra (2013, p. 27)

As capitanias hereditárias foram por muitos anos o esquema de colonização do Brasil. Elas assumiram os seus propósitos de governança com os ideais de interesses particulares e pessoais da coroa portuguesa e da influência de outras nações que com o decorrer do tempo passaram a invadir e dominar as terras. O referido sistema concretizava, para muito além do asseguramento do Brasil dada às ameaças estrangeiras, os moldes da cultura europeia nos povos originários, bem como também àqueles que já nasciam mestiços a partir das relações entre portugueses e nativas. Aqui, o plano colonizador é cada vez mais esclarecedor tornando

perceptíveis as principais características de um sistema dominador que escravizou direta ou indiretamente a cultura e a vida de grandes nações que há tantos séculos já habitavam nestas terras. Esse período histórico da vida do Brasil perdurou até o ano de 1821, quando Portugal consegue ter novamente total domínio, poucos momentos antes da independência.

#### **1.4 O encontro mais assombroso da nossa história:** visão dos europeus sobre os povos indígenas.

Como já explorado através das contribuições do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro em sua obra *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*, no século XVI, período da invasão portuguesa, o Brasil era habitado em toda a sua costa por muitos nativos de diferentes tribos. Sendo assim, entre eles, desde muito tempo antes da presença europeia, a multiculturalidade já era uma realidade: diferentes formas de religiosidade, mitos, produção de artesanato e tantas outras particularidades. Além dessas questões, a própria língua falada entre os nativos apresentava diversidade para além dos troncos Tupi, Jê e Aruak, constituindo assim uma grande quantidade de variações entre as tribos espalhadas pela costa:

O tronco tupi é o maior grupo, sendo constituído de 8 famílias linguísticas – as várias tribos desse tronco falavam 26 línguas. Do tronco Jê contabilizam-se cinco famílias linguísticas, de um conjunto de 16 línguas tribais. O tronco Aruak compõem-se de duas famílias idiomáticas que aglutinam 13 línguas faladas pelas tribos pertencentes a ele. Por fim, os antropólogos ressaltam a existência aproximada de 10 outras famílias linguísticas, ainda não agrupadas em face da dispersão e diversidade existente (SARMANTO, 1999, p. 42).

Além da diversidade linguística, a agricultura também era uma realidade:

Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive dezenas de árvores frutíferas, como o caju, o pequi etc. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com queimadas (RIBEIRO, 1995, p. 32)

É diante desse espaço de multiculturalidade que se concretiza o encontro mais assombroso da história, como afirma Todorov (2010), acentuando esse acontecimento como demasiadamente modificador para as duas culturas: a do nativo e a do europeu. O que então era considerado tão somente um lugar prazeroso de se viver nos moldes da herança ancestral, passa a ser palco de um movimento de imposição devido a presença colonizadora de Portugal, que muda totalmente o destino dos povos originários.

Assim como nas expedições de Colombo que são registrados os primeiros relatos descritivos do novo mundo, bem como o contato inicial com os povos originários, o português ao deparar-se com a realidade dos nativos ao sul do grande continente, caracterizando a sua missão de colonizador, desconsidera todo e qualquer princípio cultural existente entre os que há muito tempo já habitavam. A carta de Pêro Vaz de Caminha, já mencionada nesta pesquisa, apresenta informações muito precisas para compreender a visão do europeu sobre os povos indígenas. A partir dela e de outros documentos dos primeiros momentos da presença portuguesa, nota-se grande distanciamento entre colonizador e colonizado, priorizando assim a visão limitada do invasor, como abordado por Hemming:

Não existem registros das reações das tribos indígenas às primeiras invasões de suas terras. Os cronistas ofereceram apenas escassos relatos dos acontecimentos, vistos na perspectiva dos portugueses, e não fizeram tentativa alguma de penetrar no pensamento de seus adversários. Podemos apenas fazer conjecturas sobre os angustiados debates que devem ter acontecido por ocasião das reuniões dos conselhos tribais (HEMMING, 2007, p. 155).

Não obstante a esse documento, outros relatos de viagens e tratados abordam a temática, mas para este momento, considerando a carta de Caminha como primeiro registro escrito da nova terra, cabe mencionar a assimilação do europeu ao considerar os nativos como idólatras, estranhos, bárbaros, sem vergonha (ao referir-se à nudez), entre outros adjetivos utilizados para descrevê-los. É diante desse encontro entre nativo e colonizador que Todorov (2010) explica a descoberta que o eu faz do outro a partir do processo de identidade e alteridade:

Quero falar da descoberta que o eu faz do outro. O assunto é imenso. Mal acabamos de formulá-lo em linhas gerais e já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo o indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a mim (TODOROV, 2010, p. 4).

Para a descoberta do outro, é necessário um reconhecimento de si próprio. Ao trazer os estudos de Todorov sobre a invasão dos europeus ao novo mundo para a realidade do Brasil a partir dos escritos descritivos do início da colonização, nota-se um processo de alteridade e identidade. O europeu, branco, católico e dominador continua se identificando como europeu aos moldes de suas características e culturas próprias. Entretanto, ao estabelecer contato com os povos originários do novo mundo, se depara com uma cultura completamente distinta e manifesta a alteridade por não se identificar. Sendo assim, o europeu considera o nativo inferior

por não atender às exigências da cultura europeia, constituindo o encontro como o mais assombroso da história, pelo fato de o discurso colonizador sempre possuir uma reação de estranheza diante da realidade dos povos originários. O mesmo sentimento de alteridade sentido pelo colonizador é refletido no indígena por não se reconhecer diante do perfil do homem branco ocidental, totalmente diferente do que sua imaginação poderia alcançar.

Em primeiro lugar, a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na “descoberta” dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza. Os europeus nunca ignoraram totalmente a existência da África, ou da Índia, ou da China, sua lembrança sempre esteve presente, desde as origens (TODOROV, 2010, p. 4).

Entre as diversas questões observadas pelo colonizador europeu sobre os nativos, a religiosidade é um tema levado em consideração, pois, inicialmente, devido à limitação e ausência de profundidade sobre a cultura dos povos originários, o europeu não considera a existência de uma religião além da sua. Catherine Walsh menciona uma colonialidade cosmogônica, que seria justamente esse contato com a natureza, presente nas religiões indígenas, e que é totalmente demonizado pelo colonizador por diferir-se da cultura cristã. Sobre esse tipo de colonialidade a autora conceitua:

Força-vital-mágica-espiritual da existência dos afrodescendentes e indígenas, cada um com suas particularidades históricas. É a que se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, categorizando como não modernas, primitivas e pagãs as relações espirituais e sagradas, que conectam os mundos de cima para baixo, com a terra e com os ancestrais como seres vivos (WALSH, 2009, p. 15).

Para o combate dessas religiões e costumes primitivos considerados pelo colonizador como pagãos, partindo também dos interesses de colonização do rei de Portugal e da Igreja Católica, a catequização logo é direcionada para os nativos, que segundo a visão do português que os relataram como simples e inocentes, seria realizada com muita facilidade:

E portanto, se os degradados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar (CAMINHA, 2023, p. 12).

O interesse pela catequização dos indígenas ia muito além da própria doutrinação para o batismo na Igreja Católica, mas também como forma de imposição da cultura europeia no cotidiano dos povos originários. A partir do plano catequético promovido pelos jesuítas que

chegaram no Brasil em 1549, além do catecismo católico, atividades de trabalho manual eram viabilizados para a melhor aproximação da cultura europeia visando conceder retornos para a coroa portuguesa a partir da organização da colônia.

A partir da imposição de costumes da tradição europeia no novo mundo, os indígenas passariam então a serem procurados para a escravização, principalmente aqueles que não aderiam a fé cristã católica. Entretanto, a exploração aos povos originários remonta desde os primeiros momentos da chegada do europeu com o ciclo do pau-brasil que durou até meados da década de 1530.

Com o passar dos anos, motivados pelo clima do Brasil, propício para o cultivo da cana-de-açúcar, os portugueses constroem muitos engenhos de açúcar nas localidades habitadas pelo colonos. Segundo Hemming, as atividades de produção precisavam ser realizadas da seguinte forma: “abater a mata, eliminar a vegetação rasteira, criar gado, canalizar água para os moinhos, construir os próprios engenhos” (HEMMING, 2007, p. 84).

Para o desenvolvimento da produção do açúcar, seria necessário um grande esforço braçal desde a preparação da terra e o cultivo da matéria prima até o produto. No que diz respeito às primeiras atividades relacionadas à terra, os indígenas aceitavam tendo em vista que já eram adaptados ao trabalho com a agricultura em seu cotidiano, que também recebeu influência europeia desde a exportação do pau-brasil. Mas, a partir do corte da cana, moagem e fermentação, eles rejeitavam por ser um trabalho brutal.

Diante disso, todo o estranhamento sentido pelo colonizador não implica em uma aproximação com o nativo para melhor conhecer a sua cultura, mas sim como forma de alcançar a exploração da terra e do trabalho dos que nela já habitavam, como afirma Sodré: “eram contatos cordiais: nada se levantava entre os adventícios e os primitivos habitantes para estabelecer antagonismos. Aquêles necessitavam do trabalho destes, não lhes disputavam as terras de plantio ou de caça” (SODRÉ, 1967, p. 37). O indígena, no olhar do colonizador era considerado um ser estranho, sem nenhum tipo de aproximação com a perfeição ou a busca dela, o que Ribeiro classifica, referindo-se à visão do europeu, como uma humanidade edênica:

Mas aqui, o que viam, assombrados, era o que parecia ser uma humanidade edênica, anterior à que havia sido expulsa do Paraíso. Abre-se com esse encontro um tempo novo, em que nenhuma inocência abrandaria sequer a sanha com que os invasores se lançavam sobre o gentio, prontos a subjugar-los pela honra de Deus e pela prosperidade cristã (RIBEIRO, 1995, p. 44).

Ainda de acordo com Ribeiro, o português carregava em si, uma cultura caracterizada pela grande influência da religião, e em sua experiência de vida repleta de glórias e sofrimentos,

tinham ciência de seus pecados advindos da culpa de Adão e dos horrores que isso lhes causara. Já na cultura indígena, nada disso existia. Os povos originários eram, portanto: “vadios vivendo uma vida inútil e sem prestatia. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver” (RIBEIRO, 1995, p. 45).

A vida livre e espontânea dos nativos do Brasil, bem como da América como um todo, incomoda o colonizador europeu com sua visão limitada, que além de influenciarem diretamente na cultura dos povos originários, foram responsáveis pela morte de muitos deles com a disseminação das tantas doenças trazidas de fora, resultando assim em uma colonização extremamente impositora e agressiva que causou tantos danos físicos e sociais na identidade dos que aqui já habitavam.

## SEGUNDO CAPÍTULO

### 2.0 REGISTROS DE UMA VIAGEM AO “NOVO MUNDO”

Como forma de registrar as características e potencialidades do novo mundo, muitos foram os tratados, diários, crônicas e textos em geral escritos para fomentar a emigração e fazer a terra conhecida pela monarquia e poderosos europeus. Neste capítulo, abordaremos algumas concepções críticas sobre os textos de informação e os principais autores dos primeiros sobre o “novo mundo”, finalizando com uma apresentação de Pêro de Magalhães Gândavo, responsável pelo *corpus* desta pesquisa.

#### 2.1 Concepções críticas sobre textos de informação

Por muitos séculos, a escrita foi um dos únicos recursos para o registro de informações, e é claro que no planejamento das expedições ao novo mundo e nas próprias viagens marítimas para potencializar a comercialização, o europeu preocupa-se em confiar a detalhada missão de registrar os acontecimentos a um escritor cronista, que relate as principais informações. Entretanto, para além da responsabilidade direcionada a um respectivo escritor, Cristóvão Colombo, grande expoente das expedições ao novo mundo, relata em seu diário os principais momentos antes, durante e depois da invasão às Américas.

É evidente que os motivos que levaram muitos autores a escreverem os relatos descritivos das novas “conquistas” tinham a finalidade de conceder uma devolutiva aos reinados da Europa, que financiaram as expedições e para fomentar a emigração, que se constitui pela saída intencional da própria pátria para estabelecer-se em uma outra. Sendo assim, a colonização das Américas, para além da imposição da cultura europeia aos povos originários, também se enquadra na povoação de outros europeus, o que resultaria na multiculturalidade existente entre os países da América Latina.

Antes de qualquer coisa, situando historicamente a questão da literatura brasileira, cumpre salientar uma relação de identidade, mesmo quando o invasor português dispensa todo e qualquer princípio cultural que porventura pudesse existir entre os primeiros habitantes da terra. Mas, a partir do que diz o crítico e historiador da literatura brasileira Alfredo Bosi, cabe então um olhar para dentro, mesmo com a total influência do colonizador:

O problema das origens da nossa literatura não pode formular-se em termos de Europa, onde foi a maturação das grandes nações modernas que condicionou toda a história cultural, mas nos mesmos termos das outras literaturas americanas, isto é, a partir da afirmação de um complexo colonial de vida e de pensamento (BOSI, 2017, p. 11).

Tal afirmação evoca aos primeiros acontecimentos da história do Brasil, recém invadido pelos portugueses, chamado inicialmente de Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, entre outros nomes que foram utilizados para denominar tão grande nação, que em seu princípio colonial se caracterizou pela exploração e exportação do pau-brasil, a terra cada vez mais ocupada, o ouro a ser extraído, e de maneira geral: “a matéria-prima a ser carreada para o mercado externo” (BOSI, 2017, p. 11).

Essas razões próprias da realidade brasileira evidenciam a sua particularidade, mesmo diante de um processo de invasão com a presença do colonizador que, além de apropriar-se das terras, impõe sua cultura como unicamente necessária e superior às demais, que em sua visão de mundo sequer existiam.

É diante de um ambiente repleto de belezas naturais e potencialidades que o cronista europeu descreve a nova terra, desde o pioneirismo de Pêro Vaz de Caminha até os outros autores que a seu modo e considerando cada contexto histórico, descreveu o Brasil sob a ótica colonizadora que determinava o que realmente merecia destaque e o que não. Assim constituiu-se a “literatura de informação” ou “literatura de viagem”, que por sinal, não era brasileira, adentrada nas exigências do quinhentismo, que denomina genericamente todas as manifestações literárias do Brasil no século XVI, quando da chegada dos invasores portugueses.

O termo “textos de informação” aparece na obra *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Bosi, com a seguinte definição:

Os primeiros escritos da nossa vida documentam precisamente a instauração do processo: são *informações* que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro. Enquanto informação, não pertencem à categoria do literário, mas à pura crônica histórica e, por isso, há quem as omita por escrúpulo estético (José Veríssimo, por exemplo, na sua *História da Literatura Brasileira* (BOSI, 2017, p. 13).

A omissão de teóricos como José Veríssimo aos textos de informação dos primeiros momentos da língua portuguesa no Brasil demonstra a compreensão deles como meramente informativos, sem nenhuma alusão à literatura em sua forma estética de produção. Entretanto, muitas questões levadas em consideração para a produção desses escritos demonstram a

singularidade de uma terra com alta potencialidade natural e povoada por nativos, que com suas particularidades culturais, a todo momento, provocam estranheza no invasor europeu.

Se faz muito necessário, nesses momentos iniciais das letras do português no Brasil, observar algumas categorias, como a natureza e o nativo, que no decorrer da literatura, possuirão lugar de destaque, seja pela necessidade de uma arte intrinsecamente brasileira, ou permeada por interesses secundários. Afrânio Coutinho, outro importante crítico literário, ao referir-se aos textos de informação, problematiza:

A essa literatura de expansão e descobrimento se ligam os primeiros livros escritos por portugueses ou brasileiros, no Brasil, ou acerca de fatos, coisas e homens da Colônia: a obra dos jesuítas, seja a parte tipicamente literária, lírica ou dramática, seja o acervo de cartas e informes em torno das condições da Colônia, é um capítulo da expansão espiritual portuguesa; a literatura de viajantes e descobridores, os roteiros náuticos, os relatos de naufrágios, as descrições geográficas e sociais, as descrições da natureza e do selvagem (que Sílvio Romeu definiu como as duas tendências principais da literatura brasileira no século XVI), as tentativas de epopéias com assunto local, são outros tantos episódios desse ramo brasileiro da literatura de expansão ultramarina do quinhentismo português (COUTINHO, 2004, p. 4)

Sendo assim, considerando esses aspectos iniciais repletos de acontecimentos históricos e de um movimento organizacional de contato com os povos nativos e de exploração do seu trabalho, bem como da própria terra invadida, os textos revelam um desenvolvimento tão somente informativo. Mas, para além dessa função, de acordo com Bosi (2017, p. 13): “a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros grupos observadores do país”.

Os escritos dos primeiros observadores das novas terras enquadram-se nos moldes da literatura quinhentista, movimento que caracteriza a construção literária do Brasil entre os anos 1500-1601, produzida pelos colonizadores e invasores europeus. O quinhentismo é caracterizado pela exaltação da terra rústica, totalmente fora do que já prevalecia na mente do europeu. Tudo é novo, é exuberante e qualificado com adjetivos quase sempre superlativos. Essa exaltação da terra ganharia força, inclusive, no movimento nativista que proporcionou as primeiras críticas à metrópole, dando enfoque a um sentimento cada vez mais identitário às particularidades brasileiras, constituídas a partir da multiculturalidade entre os nativos, os invasores portugueses e demais nações que chegaram ao Brasil.

Afrânio Coutinho também concorda com a mera função informativa dos textos, mas, dentro das motivações para a produção deles, existe uma “literatura do descobrimento (...), na ânsia que domina a consciência do brasileiro, de conhecê-la, de revelá-la de expandi-la” (COUTINHO, 2004, p. 5). Ainda segundo o autor, para a literatura, o único interesse que os

respectivos textos despertam é a mera anotação de suas relações com o estilo de vida e de arte característicos do tempo. Bosi possui uma compreensão parecida sobre a importância dos textos de informação para a literatura, elencando inclusive, que é “graças a essas tomadas diretas de paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte” (BOSI, 2017, p. 13).

Os textos de caráter informativo para o registro dos aspectos característicos das novas terras, bem como das condições de vida, demonstram o domínio europeu sobre as questões que são relatadas. Ou seja, embora muito se considerem as questões naturais e modos de vida da nova terra, o cronista colonizador sempre faz questão de abordar certa supremacia, mesmo diante de tudo que está em seu entorno com muita antecedência. Em relação ao nativo ou até mesmo às potencialidades da terra, somente com a intervenção portuguesa, haveria de ser realmente bem aproveitada.

Sendo assim, nota-se que a objetividade da escrita, sempre permeada por um discurso de dominação, torna evidente um interesse ansioso, com fins de garantir a posse das novas terras sob um sentimento de superioridade sempre manifestado pelo colonizador que exalta a própria cultura e menospreza a já existente entre as variadas nações dos povos originários. Sobre as consequências desse olhar limitado às riquezas culturais do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, enfatiza:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil [...] (HOLANDA, 1995, p. 31)

Na leitura dos textos de informação, tratados e crônicas de viagens sobre a América Latina, é perceptível essa tentativa de implantação citada por Holanda, pois, o discurso egocentrista do colonizador busca exaltar tão somente as potencialidades naturais da terra com a utilização de exagerados adjetivos qualitativos, entretanto, os povos originários (verdadeiros donos da terra) são colocados de lado. Na crônica, o nativo é mencionado tão somente mediante uma observação limitada e muito distante de sua realidade do colonizador: é criticado pela forma de andar despido, pelos objetos de enfeites que carrega em seu corpo, pelos costumes, enfim, é desconsiderado por atender aos moldes de sua cultura milenar.

## **2.2 Principais textos de informação escritos sobre a América Latina pelos europeus**

O diário de Cristóvão Colombo, bem como suas cartas e relatórios, constituem-se como um dos primeiros escritos sobre a preparação da expedição, a viagem e a chegada às novas terras. Os escritos de Colombo formam um compêndio de informações muito detalhadas e importantes para compreender o processo de ocupação das Américas.

Outro importante escritor foi o navegador, cartógrafo e comerciante Américo Vespúcio que, em viagem às Américas, observa que a nova terra não se limita à uma ilha, como defendera Colombo, mas trata-se de um grande continente. Após as suas expedições, Vespúcio escreve um relato que possui cerca de 32 páginas, abordando as caracterizações das terras e do seu povo. Além da sua importância enquanto escritor, influenciou diretamente na denominação do continente que faz alusão ao seu nome, entretanto em modo feminino.

No Brasil, muitos foram os escritos sobre a presença europeia desde a invasão em 1500, iniciando com a própria Carta de Caminha a respeito das novas terras encontradas indo até as cartas jesuíticas, tratando do processo de catequização dos povos originários. Atribuindo uma importância ainda maior dos textos de informação para a literatura, Bosi enfatiza:

E não é só como testemunhos do tempo que valem tais documentos: também como sugestões temáticas e formais. Em mais de um momento a inteligência brasileira, reagindo contra certos processos agudos de europeização, procurou nas raízes da terra e do nativo imagens para se afirmar em face do estrangeiro: então, os cronistas voltaram a ser lidos, e até glosados, tanto por um Alencar romântico e saudosista como por um Mário ou um Oswald de Andrade modernistas. Daí o interesse obliquamente estético da “literatura” de informação (BOSI, 2017, p. 13).

O interesse pela estética das crônicas parte da identificação das próprias características do gênero com enfoque às adjetivações das questões relatadas, mas sobretudo, importa para a literatura o caráter da descrição dos aspectos naturais e sociais a partir da primeira ótica portuguesa diante das realidades do Brasil. Entre os principais textos da literatura de informação e os seus respectivos autores, Bosi destaca:

<b>Texto</b>	<b>Autor e ano</b>
<i>A Carta de Pêro Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel.</i>	Pêro Vaz de Caminha (1500)
<i>O Diário de Navegação.</i>	Pêro Lopes e Sousa (1530)
<i>O Tratado da Terra do Brasil e a História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente chamamos Brasil.</i>	Pêro de Magalhães Gândavo (1576)
<i>A Narrativa Epistolar e os Tratados da Terra e da Gente do Brasil.</i>	Fernão Cardim (Jesuíta) (1583)

<i>Tratado Descritivo do Brasil</i>	Gabriel Soares de Sousa (1587)
Diálogos das Grandezas do Brasil	Ambrósio Fernandes Brandão (1618)
<i>Cartas</i>	Missionários Jesuítas (não informado)
<i>Diálogo sobre a Conversão dos Gentios</i>	Pe. Manuel da Nóbrega (não informado)
<i>História do Brasil</i>	Fr. Vicente de Salvador (1627)

**Fonte:** BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 52. Ed. São Paulo: Cultrix, 2017, p. 14, adaptado.

Todos esses textos destacados por Alfredo Bosi são escritos a partir dos ideais da literatura de informação, que tinha o objetivo de fazer a nova terra conhecida com o registro de suas características. Essa preocupação faz, inclusive, uma retomada às dimensões dos textos clássicos com sua ambientação detalhada objetivando a perpetuação das respectivas informações, como descrito pelo próprio Gândavo no prólogo da *História da Província da Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos de Brasil*:

Há nela cousas dignas de grande admiração e tão notáveis que parecera descuido e pouca curiosidade nossa, não fazer menção delas em algum discurso, e da-las à perpetua memória, como costumavam os antigos: aos quais não escapava coisa alguma que por extenso não reduzissem a história, e fizessem menção em suas escrituras de cousas menores que estas, as quais hoje em dia vivem entre nós como sabemos e viverão eternamente (GÂNDAMO, 2023, p. 5).

O cronista português objetivava, sem sombra de dúvidas, manifestar a glória de sua nação pela apropriação das novas terras, pela imposição de sua cultura como única e necessária, pela doutrinação católica, enfim, pela colonização do “novo mundo” sob a invasão europeia. Interessante ressaltar o período histórico vivido à época do fim da idade média, com o olhar sobre ela como sombria, e de retomada, com o Renascimento, às antiguidades como referência de positividade. Diante disso, nota-se a constante intertextualidade com os textos clássicos, escritos há tantos séculos que se eternizaram. Ao analisar as questões relativas às tradições clássicas nos textos de informação, Bacamarte ressalta:

As crônicas dos descobrimentos, textos que se encontram no centro da problemática do século XVI, corporificam aquela atitude, assim como mostram o seu reverso. Na busca naturalista da apreensão de uma verdade objetiva de realidade americana, os cronistas deixam-se trair por sua artilosa construção textual, e se enredam nas malhas do discurso justamente quando tentam controlar a imaginação e submetê-la a uma razão imitativa, que tenta fazer transparecer na linguagem a paisagem do mundo, sem considerar a opacidade de todo discurso (BACAMARTE, 1992, p. 183).

Sendo assim, a retomada aos clássicos feita por Gândavo e outros autores da literatura de informação resultam da visão de um paraíso até então desconhecido. O estranhamento é tão imenso que se faz necessário contextualizar o “novo mundo” com alguns dos critérios utilizados na construção dos textos históricos. Cumpre salientar, que para além do conteúdo informativo dos primeiros textos em língua portuguesa do Brasil, é válido destacar o cunho objetivo das cartas jesuíticas, que além de descreverem as características da nova terra, bem como as particularidades dos povos originários, preocuparam-se em destacar a doutrinação e catequização dos indígenas espalhados por toda a costa brasileira.

Considerando todos esses fatores, os referidos e tantos outros documentos formam um importante agrupamento de informações sobre momentos importantes da história que devem ser utilizados cada vez mais como objeto de estudo, para verdadeiramente, assim como afirma Darcy Ribeiro, possibilitar um encontro do Brasil consigo mesmo a partir dos seus princípios, enquanto pátria, mas considerando também todo o processo construído no decorrer dos séculos pelas tantas nações indígenas com sua vasta diversidade social e cultural, embora a história tenha apagado no decorrer dos anos a sua versão, priorizando tão somente o discurso colonizador.

### **2.3 Pêro de Magalhães Gândavo: pioneiro, cronista, historiador**

Pouco se sabe sobre Pêro de Magalhães Gândavo, as informações de sua vida são muito reduzidas, mas, algumas pesquisas biográficas apontam que ele nasceu na cidade de Braga, em Portugal. Conta-se que na referida cidade, Gândavo teve uma escola de latim e se casou. No seu sobrenome também se nota uma característica particular, como ressaltado por Menegaz e Hue: “sabe-se também que Gândavo era de origem flamenga, pois o sobrenome é derivado de *Gand*, importante cidade de Flandres com que Portugal mantinha relações comerciais” (GÂNDAVO, 2004, p. 15).

Alfredo Bosi também cita essas informações quanto às origens do cronista e caracteriza-o como professor de humanidades e amigo de Luís de Camões. Ainda segundo o autor, Pêro de Magalhães é responsável pelos primeiros informes sistemáticos sobre o Brasil, disponíveis nas obras *Tratado da Terra do Brasil* e *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente chamamos Brasil*. As duas obras relatam as características da nova terra a partir da visão de Gândavo, que tinha ciência do seu papel como pioneiro no que diz respeito à história do Brasil, como descrito por ele mesmo no prólogo da *História da Província*:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, e sair com ela a luz, foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta Província é descoberta. A qual historia creio que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portugueses fizeram sempre da mesma província, que por faltarem na terra pessoas de engenho, e curiosas que per melhor estilo, e mais copiosamente que eu a escrevessem (GÂNDAVO, 2023, p. 5)

Além do objetivo informativo das questões do Brasil para a coroa portuguesa, Gândavo promove em sua obra, uma propaganda da imigração, como abordado por Abreu (2009). Ou seja, trata-se de textos para fomentar a povoação do Brasil pelo estrangeiro, tendo em vista que a nova terra tinha grande índice de produtividade e potências naturais. Devido a produção dos escritos sobre o Brasil, ele foi condecorado com o título de provedor da fazenda da cidade de São Salvador-Bahia, o que provavelmente nunca tenha exercido.

Em sua obra, muito se pode observar o universo católico, europeu e colonizador presente em suas intenções, visando o “proveito do Reino”, como enfatizado por Bosi. O mesmo autor relata que Gândavo faz uma crítica direta ao nome escolhido que se convencionou após a utilização de tantos que vieram após o primeiro, que fazia relação direta à religião predominante dos europeus (Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Província de Santa Cruz).

Para Gândavo, a Província de Santa Cruz, o Brasil, era um paraíso que lhe causara a determinação de, seguindo a esteira de Camões, louvar e exaltar a terra que já se constituía como colônia da Metrópole (Portugal). Os seus escritos possibilitariam mais ainda a oficialização da apropriação portuguesa das novas terras com a publicação dos compêndios. Outro grande objetivo de Gândavo na realização das obras é de que Portugal e a Europa em si, tenha um olhar mais amplo às potencialidades naturais do Brasil, já que no início da colonização o que prevalecia era tão somente a exploração e cultivo do pau-brasil.

Diante disso, seu olhar é direcionado para tudo o que poderia ainda ser explorado, a exemplo do ouro e pedras preciosas que esperava encontrar, comparando-se inclusive ao que já era uma realidade no Peru e no México. Já no que diz respeito ao nativo, não existe interesse, o autor não se aprofunda, e tão somente, acarreta um tom descritivo ao comparar-se com a intensidade com que utiliza para falar das riquezas da terra.

## **2.4 Tratado da Terra do Brasil**

Os escritos de Gândavo sobre o Brasil são, de fato, muito ricos em detalhes. Entretanto, alguns teóricos questionam sua vinda, ao defender que não existe nenhum documento que comprove sua passagem na então colônia de Portugal.

Valendo-se das contribuições de Pedro Calmon (1902-1985), Vianna (1953), aborda que se negara a presença do cronista em terras brasileiras, sendo sua obra redigida por oitiva e de forma impessoal. Ao analisar alguns documentos históricos, realmente é verídico a sua nomeação como Provedor da Fazenda Rural da cidade de Salvador, logo após a primeira publicação em 1576, da *História da Província*, mesmo tendo sido escrita após o *Tratado da Terra do Brasil*.

De acordo com Bosi (2017), o tratado foi redigido por volta de 1570, mas não foi publicado em vida por Pêro de Magalhães Gândavo, tornando-se público somente em 1826 pela Academia Real das Ciências de História de Portugal. O texto é direcionado “ao mui alto e Sereníssimo Príncipe dom Enrique, Cardeal, infante de Portugal” (GÂNDAVO, 2023, p. 2), e em sua dedicatória, preza pelo relato de admiração e necessidade de relatar a terra à coroa, destacando a sua fertilidade:

Como eu isto entenda, e conheça quão aceitos são os bons serviços a V. A. que ao Reino se fazem imaginei comigo que podia trazer destas partes com que desse testemunho de minha pura intenção: e sei que não se podia dum fraco homem esperar maior serviço (ainda que tal não pareça) que lançar mão desta informação da terra do Brasil (coisa que até agora não empreendeu pessoa alguma) pela que nestes Reinos se divulgue sua fertilidade e provoque a muitas pessoas pobres que se vão viver a esta província, que nisso consiste a felicidade e aumento dela (GÂNDAVO, 2023, p. 2)

No prólogo ao leitor, Gândavo faz questão de destacar novamente o seu interesse na produção do tratado em estimular e relatar a fertilidade da terra do Brasil, que considera como natural e favorável até mesmo aos estranhos que nela chegam, até mesmo os mais empobrecidos. Sendo assim, para além das condições que possam ter os que porventura tomariam por destino o novo mundo, ao depararem-se com a realidade, teriam boas adaptações tendo em vista que a terra era de um grande potencial natural de qualidade de vida.

O tratado finalmente inicia com a descrição das capitânicas hereditárias existentes e espalhadas pela costa do Brasil. Cada uma sendo relatada através de suas características próprias e seus respectivos responsáveis, que eram delegados pela coroa portuguesa. É válido ressaltar que algumas das capitânicas eram mais desenvolvidas que outras, o que também é abordado pelo cronista. Após o relato descritivo das nove (9) capitânicas existentes à época, Gândavo abre espaço para tratar “das cousas que são gerais por toda costa do Brasil” (GÂNDAVO, 2023, p. 8). A partir de então, o cronista fala das fazendas, costumes<sup>7</sup>, qualidades da terra, mantimentos, caça, frutas, condição e costumes dos índios da terra, bichos e finaliza

---

<sup>7</sup> Apesar de destacar apenas os costumes atribuídos aos habitantes que não eram diretamente nativos, Gândavo cita a rede (herança indígena), como “a maior parte das camas do Brasil”.

relatando sobre a “terra que certos homens da capitania de Porto Seguro foram a descobrir, e do que acharam nela” (GÂNDAVO, 2023, p. 18).

## 2.5 História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil

Não obstante às duas obras de Gândavo sobre o Brasil, em 1572 foi publicado o livro *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortographia da língua portuguesa*, de grande repercussão à época. Diante desse importante acontecimento, nota-se a objetividade de Gândavo que parte de um interesse histórico, mas também com foco na estrutura gramatical da sua língua. Sendo assim, constitui-se a referida obra como a primeira publicada pelo cronista.

A *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, foi publicada inicialmente em 1576 pelo primeiro editor de Os Lusíadas, Antônio Gonçalves. De acordo com Hue, numa das mais recentes republicações das obras de Gândavo (2004), elenca-se que o cronista provoca a abertura da historiografia e geografia brasileira, pelo caráter descritivo e histórico do autor. Entretanto, Capistrano de Abreu indaga o teor histórico da obra, limitando-a apenas como uma descrição utilitária visando o olhar estrangeiro às terras recém-conhecidas. Alfredo Bosi complementa essa questão afirmando que também estava nas intenções de Gândavo a possibilidade do despertar de um desejo por parte dos estrangeiros de construir a vida no Brasil a partir da descrição de uma terra tão abundante.

A obra inicia com a importante contribuição do grande Luís de Camões: “ao muito ilustre senhor Dom Lionis Pereira sobre o livro que lhe oferece Pero de Magalhães Tercetos de Luís de Camões” (GÂNDAVO, 2023, p. 2). Os tercetos de Camões são escritos com as características próprias do autor em suas constantes referências aos clássicos greco-romanos. Neles, o grande poeta lusitano coloca Gândavo em proximidade com os deuses e defende a dedicatória ao Dom Lionis Pereira, elencando que não haveria pessoa mais certa para tal. Inclusive, após a primeira parte dos tercetos, Luís de Camões comenta a grandiosidade daquele cuja obra é dedicada por Gândavo:

Mas um forte leão com pouca gente,  
A multidão tão fera como necia,  
Destruindo castiga, e torne fraca.  
Pois ó Nymphas cantai, que claramente  
Mais do que Lionidas fez em Grécia  
O nobre Lionis fez em Malaca  
(GÂNDAVO, 2023, p. 4).

Ainda nos tercetos, cumpre destacar a opinião de Camões quanto a Gândavo e sua obra: “Tem claro estilo, ingenho curioso” (GÂNDAVO, 2023, p. 4). A contribuição do autor d’os Lusíadas para a obra de Gândavo a torna ainda mais referencial e singular. Na História da Província, Gândavo inicia com uma contextualização histórica a partir do seu “descobrimento” e descreve como se deu esse processo de tamanha importância para a nação portuguesa invasora.

No decorrer dos capítulos, assim como no Tratado da Terra do Brasil, o cronista relata as questões naturais da terra, mas dessa vez de maneira mais intensa e detalhada. Segue descrevendo os sítios e qualidades da Província, as capitânicas e povoações portuguesas, organização governamental e formas de viver, plantas, mantimentos, frutas, animais e bichos venenosos etc. Em relação aos animais marinhos também descritos por Gândavo, há um relato da captura de um “monstro” na Capitania de São Vicente, datada de 1564.

Os povos nativos, a partir do capítulo X, ganham espaço pelo seguinte título: “Do Gentil que há nesta Província, da condição e costumes dele, e de como se governam na paz” (GÂNDAVO, 2023, p. 26). Nessa seção, Gândavo relata os costumes e condições dos nativos permeado por uma narrativa de estranhamento diante à realidade dos originários. Os capítulos XI e XII também são dedicados aos indígenas: são descritas as guerras entre eles e as formas como estabeleciam as condenações e assassinatos.

Após isso, são elencadas questões referentes à catequização realizada pelos padres da Companhia de Jesus (jesuítas) aos nativos do Brasil e conclui a obra destacando as grandes riquezas que se esperam da terra do sertão. A *História da Província*, surge de forma mais elaborada ao ser comparada com o *Tratado da Terra do Brasil*. A partir de Gândavo, já é notável uma visão mais ampla da grandeza que de fato eram as terras do Brasil, e não apenas uma ilha, como descrito nos primeiros documentos.

e sustentadas desde a Modernidade e compreender como elas se adaptaram às transformações e mudanças da sociedade mundial (ZEIFERT; AGNOLETTI, 2019, p. 198).

O pensamento decolonial ganha força a partir do Grupo Latino-americano de Estudiosos Subalternos, que passou a refletir sobre a realidade pós-colonialismo no contexto da América, como uma nova forma de compreender as sociedades influenciadas e surgidas com o processo de colonização. O movimento surge também com o objetivo de combater a hegemonia do pensamento europeu que ficou muito presente na sociedade, ou seja, partindo “de um estudo aprofundado das faces do colonialismo e, especialmente, da colonialidade” (ZEIFERT; AGNOLETTI, 2019, p. 200).

Dando enfoque à colonialidade do poder, introduzida pelas reflexões de Aníbal Quijano, que praticamente resume o que se busca combater no decorrer dos estudos decoloniais, ou seja, o abuso autoritário do poder colonial, mas para além dessas questões históricas, observa-se a interferência nas formas organizacionais das sociedades no decorrer do tempo movidas pela imposição europeia e outras tantas vertentes. Mignolo (2010), analisando a colonialidade a partir da mesma dimensão proposta por Quijano, afirma que a análise dessas questões coloniais contribuem diretamente nas dimensões do ser, do saber e do poder.

Aníbal Quijano, grande expoente dos estudos sobre a colonialidade, nasceu no ano de 1928, em Yanama, no Peru. De acordo com o site da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2018), o referido autor foi o grande protagonista eventualmente dos estudos sobre a colonialidade do poder. Foi ainda professor universitário em Lima e em Nova York, fundando inclusive a Cátedra “América Latina e a Colonialidade do Poder”, na Universidade Ricardo Palma (Lima – Peru). De maneira geral, a colonialidade do poder, iniciada por Quijano, identifica e descreve o legado vivo do colonialismo no contexto contemporâneo, ou seja, objetiva-se atestar como essa vertente a discriminação social nas ordens sociais sucessivas.

Ao utilizar essa teoria para analisar as obras de Pêro de Magalhães Gândavo, busca-se identificar em seu discurso colonizador e descritivo sobre as realidades dos primeiros anos da colonização brasileira, a imposição eurocentrista que influenciou diretamente a cultura dos que há tantos anos já habitavam estas terras. As três dimensões propostas por Quijano e mencionadas por outros autores como Mignolo e Ballestrin (o ser, o saber e o poder), provam o domínio europeu que não se limitou apenas à questão territorial.

O ser estaria relacionado evidentemente à capacidade de desconsideração de um outro diferente do europeu, ou seja, o pensamento egocentrista e individualizado do colonizador, limita-se tão somente à sua realidade e futiliza a cultura das demais civilizações. O saber é a

## TERCEIRO CAPÍTULO

### 3.0 O PROJETO DO SER, SABER E PODER COLONIAL: ANÁLISE DE *TRATADO DA TERRA DO BRASIL E HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ A QUE VULGARMENTE CHAMAMOS BRASIL*.

Para fazer uma leitura analítica da obra de Pêro de Magalhães Gândavo sobre o Brasil, decidimos utilizar como referência os estudos sobre colonialidade e decolonialidade, bem como compreender seus conceitos e principais estudiosos. Tal fundamentação foi escolhida pela necessidade de ler e reescrever a nossa história a partir dos nossos próprios teóricos. Neste capítulo, com base nos aportes teóricos de Aníbal Quijano e outros autores da área, analisaremos o *corpus* desta pesquisa, observando como se constrói o discurso colonizador a partir da dimensão do ser, do saber e do poder.

#### 3.1 Colonialidade e decolonialidade

Para compreender esses dois termos é necessário observar alguns dos aspectos que levaram a ser postos em consideração como objeto de estudo diante de questões atribuídas à sociedade. Seguindo uma perspectiva cada vez mais voltada para a expansão do poder econômico e social, o ser humano, em alguns aspectos, nutriu uma espécie de singularidade e egocentrismo para com sua cultura em relação às demais existentes. Sobre isso, Quijano (2009) define o termo colonialidade justamente considerando os elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista.

Os estudos sobre a colonialidade surgem a partir da América, que possibilitou em grande parte a identificação de diversos fatores sobre essa questão, evidentemente, a partir do processo de invasão, dominação e apropriação de suas terras pelo colonizador europeu. Entretanto, ainda seguindo a conceituação do mesmo autor, nota-se certa desassociação de indispensável menção:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado (QUIJANO, 2009, p. 73).

Para muito além das questões, que, de fato, estiveram em supremacia legalizadas no contexto da colonização como o racismo, a escravidão etc., a colonialidade segue presente na dimensão social a partir do sentimento de superioridade manifestado por determinado grupo social a outro. Diversos fatores contribuem para esse fato, como a economia e a cultura; um poder aquisitivo mais amplo que outro, uma cultura de costumes e formas de vida consideradas melhores do que outras e assim sucessivamente. Trata-se de um sistema de construção de mundo desenvolvido através da racialização, ou seja, o branco/europeu coloniza e o nativo/indígena/negro é colonizado. E dessa forma, com o passar dos anos, foi-se desenvolvendo novas identidades sociais da colonialidade:

*Índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços* – e as geoculturais do colonialismo, como *América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente* (as suas últimas, mais tarde, *Ásia*), *Ocidente* ou *Europa* (Europa Ocidental, depois). E as relações intersubjectivas correspondentes, nas quais se foram difundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram se configurando como um novo universo de relações intersubjectivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. Esse específico universo é o que será depois denominado como a *modernidade* (QUIJANO, 2009, p. 74).

Com o avanço das navegações comerciais e dominadoras promovidas pela Europa, o carácter colonizador e impositor é colocado ainda mais em expansão. Daí surge a cultura europeia como modelo de doutrinação para às demais civilizações que com o passar dos anos, após a chegada dos espanhóis às Américas, foram tendo contato com os colonizadores. Todo o processo de catequização e imposição cultural acarretou não apenas em um eurocentrismo, mas a todos que, independentemente da condição cultural, foram internalizando a cultura do estrangeiro como majoritária.

De acordo com Mignolo (2005), para compreender a crucialidade da história do capitalismo e da colonialidade, é de fato, necessário, analisar os aspectos emergenciais do circuito comercial do atlântico, ou seja, desde os primeiros momentos da expansão comercial europeia até as expedições para a extensão territorial da Espanha, Portugal e outros países europeus. E é diante desse cenário ambientado por diversas nações de povos originários e a presença do invasor europeu, que Mignolo compreende o conceito de colonialidade:

As rebeliões indígenas e a produção cultural ameríndia, do século XVI em diante e a Revolução Haitiana, no início do século XIX, são momentos constitutivos do imaginário do mundo moderno/colonial e não meras ocorrências num mundo construído do ponto de vista do discurso hispânico (por exemplo, o debate Sepúlveda/Las Casas sobre a natureza do ameríndio, no qual o ameríndio não teve a oportunidade de dar sua opinião; ou a Revolução Francesa, considerada por

Wallerstein (1991a; 1991b; 1995) momento fundacional da geocultura do sistema mundo moderno (MIGNOLO, 2005, p. 34).

O espaço de observação da colonialidade como ponto de partida corresponde justamente à essa supremacia do discurso colonizador que se distancia, evidentemente, da opinião de outras culturas consideradas inferiores pelos princípios da imposição estrangeira.

A relação entre colonizador-nativo é primordial para essa compreensão, principalmente quando tal aproximação é acontecida tão somente visando o trabalho escravo e a revelação de informações sobre as preciosidades da terra, em virtude do enriquecimento e fortalecimento das nações invasoras. O europeu, para conseguir a realização desses feitos, adentra diretamente na realidade nativa, não como uma forma de ter acesso para tão somente conhecer, mas para impor, ridicularizar, minimizar e doutrinar aos seus moldes, isso em variadas questões: religiosidade, língua, costumes locais, enfim, uma tradição construída por tantos anos que, ao ser vista pelo colonizador é quase ou completamente desconsiderada.

Para ir em busca do outro lado da história não contada pelo cronista eurocêntrico e colonizador, muito menos enfatizada no decorrer dos anos em que se considerou apenas a perspectiva branca, católica e eurocentrada, é que surge o movimento de decolonialidade, que segundo Zeifert e Agnoletto, constitui-se como “uma forma de pensar, produzir e valorizar conhecimentos que não correspondam à lógica da colonialidade, do mesmo modo que busca afastar pressupostos e teorias eurocêntricas” (ZEIFERT; AGNOLETTI, 2019, p. 198).

Praticar a decolonialidade vai muito além de identificar um discurso ou uma prática colonial e problematizá-la, mas possibilita a sensibilidade crítica e construtiva por diversas sociedades que no decorrer da história sofreram com a invasão colonizadora. Os traços do protagonismo europeu que de forma violenta e nefasta tanto prejudicou as nações indígenas, contribuiu diretamente para uma tentativa de apagamento de muitas tribos, bem como o desaparecimento de tantas outras espalhadas por toda a América Latina.

Ainda de acordo com Zeifert e Agnoletto (2019), a decolonialidade também se preocupa com a construção de saberes que empoderem os conhecimentos oprimidos e subalternizados. Busca-se, portanto, uma explanação cada vez mais crescente que possibilite a libertação de conceitos e teorias defendidas no decorrer da história sobre essa superioridade colonial mediante à tantas riquezas e pluralidade dos povos originários de tantas culturas além da europeia. Para as autoras, realizar essa reflexão

Requer a adoção de posições perante os fenômenos do colonialismo e da colonialidade, isto é, faz-se necessário reconhecer as relações de poder estabelecidas

tentativa da reversão de uma forma de vida “diferente” da vivida na Europa, e a forma como isso se desenvolve no âmbito da colônia é a partir da catequização e doutrinação religiosa a partir do catolicismo que também objetivava o combate ao surgimento do protestantismo. Já o poder refere-se a todo o caráter impositor e eurocentrista que permeia todas as movimentações do colonialismo, nitidamente perceptível na dominação, expansão territorial e exploração, seja da mão de obra indígena ou da própria terra invadida.

### 3.2 Ser

Reconsiderando o que já fora dito, o objetivo da obra de Gândavo é descrever a terra do Brasil, até então pouco detalhada para o estrangeiro. É evidente que para além da correspondência à coroa, seu interesse também se voltava para os civis, de modo que ao lerem sua obra, compreendessem a “fertilidade e abundância da terra do Brasil” (GÂNDAVO, 2023, p. 2). Esse é o primeiro ponto que deve ser considerado, pois, basicamente é o que embasa toda a obra: uma tentativa de mostrar a exuberância da nova terra.

Mas para tratar primeiramente de como a construção do ser na dimensão da colonialidade vai sendo construído na obra de Magalhães, é necessário analisar os seus relatos sobre os povos originários e compreender o sentimento de superioridade que ele, enquanto colonizador europeu, possui em comparação aos nativos. Se sabe que o *Tratado da Terra do Brasil* foi a primeira obra escrita por Gândavo, entretanto, somente a *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente chamamos Brasil* foi publicada estando o autor ainda em vida. No próprio título escolhido por ele para a obra, se observa uma crítica ao nome que convencionou-se ser chamada as terras invadidas pelos portugueses:

Por onde não parece razão que lhe neguemos este nome, nem que nos esqueçamos dele tão indevidamente por outro que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pão da tinta começou de vir a estes Reinos; ao qual chamaram brasil por ser vermelho, e ter semelhança de brasa, e daqui ficou a terra com este nome de Brasil. Mas para que nesta parte magoemos ao Demônio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memória da Santa Cruz e desterra-la dos corações dos homens, mediante a qual somos redimidos e livrados do poder de sua tirania, tornemo-lhe a restituir seu nome e chamemo-lhe Província de Santa Cruz (GÂNDAVO, 2023, p. 7).

Apesar de que a exploração do pau-brasil tenha sido realizada com mais ampliação com o domínio português, a árvore era existente em praticamente toda a costa brasileira, o que fez o Brasil ser caracterizado por esse fato que constituiu o seu princípio comercial através da presença europeia que determinou a atividade através do escambo com os povos originários.

No relato de Gândavo sobre seu espanto na escolha do nome das novas terras, nota-se também a grande influência do catolicismo, que desde os princípios da colonização, é perceptível nos primeiros nomes: Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e, assim, sucessivamente.

O colonizador determina então, como aquela terra, mesmo já sendo habitada, deve ser chamada, pois, toda e qualquer denominação que não seja feita pelo “descobridor” europeu deve ser desconsiderada. Sendo assim, acontece o primeiro momento em que o português coloniza a identidade da nova terra, ou seja, como ela deve ser chamada. Inicialmente, não por alguma característica que venha dela, mas pelo que era uma realidade da cultura ocidental: a fé cristã católica, que celebrava naquele momento da invasão, os mistérios da Páscoa.

Para Gândavo, descrever a nova terra como anteriormente havia sido chamada (Província de Santa Cruz) é ainda mais coerente para os cristãos que iriam ler a sua obra: “melhor soa nos ouvidos da gente Cristã o nome de um pau em que se obrou o mistério de nossa redenção que o doutro que não serve de mais que de tingir panos ou cousas semelhantes” (GÂNDAVO, 2023, p. 7).

Partindo então para os momentos em que o cronista descreve a forma de vida levada pelos povos originários, nota-se em quase todos os relatos um sentimento de estranheza. No *Tratado*, Gândavo apresenta alguns dados característicos, bem como a forma de organização das aldeias:

Estes indios andam nus sem cobertura alguma, assim machos como fêmeas; não cobrem parte nenhuma de seu corpo, e trazem descoberto quanto a natureza lhes deu. Vivem todos em aldeias, pode haver em cada uma sete, oito casas, as quase são compridas feitas a maneira de cordoarias; e cada uma delas está cheia de gente duma parte e doutra, e cada um por si tem sua estância e sua rede armada em que dorme, e assim estão todos juntos uns dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica um caminho aberto pela se servirem. Não há como digo entre eles nenhum Rei, nem Justiça, somente em cada aldeia tem um principal que é como capitão, ao qual obedecem por vontade e não por força; morrendo este principal fica seu filho no mesmo lugar; não serve doutra cousa se não de ir com eles à guerra, e aconselhá-los como se hão de haver na peleja, mas não castiga seus erros nem manda sobre eles cousa alguma contra sua vontade (GÂNDAVO, 2023, p. 13).

Na *História da Província*, o indígena, assim como em grande parte dos textos de informação sobre o Brasil, já assume um papel secundário, não diferente do *Tratado*, mas, ao iniciar o capítulo sobre a forma de vida dos indígenas, Gândavo nitidamente assume esse posto tão somente após ter elencado as potencialidades da terra:

Já que tratamos da terra e das cousas que nela foram criadas para o homem, razão parece que demos aqui notícia dos naturais dela: a qual posto que não seja de todos em geral será especialmente daqueles que habitam pela costa, e em partes pelo sertão dentro muitas léguas, com que temos comunicação. Os quais ainda que estejam divisos, e haja entre eles diversos nomes de nações, todavia na semelhança, condição,

costumes, e ritos gentílicos, todos são uns; e se nalguma maneira diferem nesta parte, é tão pouco, que se não pode fazer caso disso, nem particularizar cousas semelhantes entre outras mais notáveis (...) (GÂNDAVO, 2023, p. 26)

Os dois recortes demonstram o estranhamento do cronista sobre a forma como os nativos levavam a vida. Como abordado anteriormente, tudo era motivo de espanto: o andar despido, a forma como se organizavam em suas ocas e aldeias, a presença do pajé (cujo Gândavo descreve como capitão), entre tantos outros fatores que a limitação do colonizador não consegue entender. Não é à toa a escolha do autor em relatar a vida dos nativos apenas nos últimos capítulos de cada obra, pois, inicialmente, buscou retratar aquilo que mais importa para a visão eurocêntrica: uma terra potente, repleta de natureza e preciosidades. Já os nativos e suas condições de vida pouco importam, tomando espaço apenas descritivo após serem citadas as coisas que na terra foram criadas para o homem. Entretanto, a figura do homem, aparentemente, parece apenas referir-se a um protótipo: o europeu.

Os capítulos em ambas as obras são intitulados seguindo a compreensão colonizadora do que eram os nativos: “índios” (fazendo alusão às Índias) e gentios (referindo-se ao paganismo, pelo fato dos povos originários não serem adeptos do cristianismo católico). Gândavo então, tratando diretamente dessa questão religiosa, descreve a “falta de crença” dos indígenas:

Não adoram cousa alguma nem têm pela si que há na outra vida glória pelos bons, e pena pela os maus, tudo cuidam que se acaba nesta e que as almas perecem com os corpos, e assim vivem bestialmente sem ter conta, nem peso, nem medida (GÂNDAVO, 2023, p. 13)

A religiosidade foi um dos grandes recursos que embasaram a dominação europeia, como pode ser observado desde os princípios da chegada do colonizador às Américas e seu resultado no decorrer dos anos. Em Gândavo não é diferente, pois, assegurando o seu papel de impositor e eurocentrista, não haveria a possibilidade de uma outra forma de religiosidade além da fé católica. E se existisse, era gradativamente discriminada e julgada como pagã e extremamente prejudicial à alma. Isso foi uma das grandes afirmativas que fez parte da mente brasileira por muitos anos, de que os nativos, bem como os africanos escravizados, não tinham alma, a não ser que estes se convertessem ao catolicismo.

Mesmo com esse processo de conversão forçada e permeada por um sistema de doutrinação, as discriminações continuam sendo realizadas e os nativos e os escravizados seguem sendo vistos como inferiores. O cronista afirma que eles, os nativos, não adoram coisa alguma, (GÂNDAVO, 2023, p. 27). Entretanto, não busca saber a veracidade dessa informação

com o nativo, o que é comum no discurso colonizador. Além disso, as aparências e modos de caracterizar-se o incomodam:

Os machos costumam trazer o beijo furado e uma pedra no buraco metida por galantaria, outros há que trazem o rosto todo cheio de buracos e assim parecem mui feios e disformes: isto lhes fazem quando são meninos. Também alguns índios andam pintados por todo o corpo, pelo qual fazem uns riscos escritos na carne: isto não traz se não quem tem feito alguma valentia. E assim também machos como fêmeas costumam tingir-se com sumo duma fruta que se chama jenipapo, que e verde quando se pizza e depois que põe no corpo e se enxuga fica mui negro e por muito que se lave não se tira se não aos nove dias: isto tudo fazem por galantaria (GÂNDAVO, 2023, p. 15)

Para Gândavo, tudo aquilo que via no meio indígena não passava de manifestações pagãs de povos bárbaros, que não conheciam a maneira correta de ser e viver. No *Tratado* conclui a descrição sobre os nativos afirmando que

Estes índios vivem mui descansados, não têm cuidado de cousa alguma se não de comer e beber e matar gente; e por isso são mui gordos em extremo; e assim também com qualquer desgosto emagrecem muito; e como se agastam de qualquer cousa comem terra e desta maneira morrem muitos deles bestialmente (GÂNDAVO, 2023, p. 16).

Apesar de toda exploração aos nativos feita pelos colonizadores principalmente no ciclo do pau-brasil, a vida que levavam era motivo de espanto, já que com o passar dos anos foram recusando as atividades brutais, principalmente com o advento da produção de açúcar. Percebe-se então que, desde as obras de Gândavo, datadas do século XVI, o europeu define os indígenas como “descansados”, o que contribuiu com a ignorante atribuição do nativo como preguiçoso.

Isso também colaborou para o pensamento de que os povos originários não faziam parte da sociedade brasileira por não se adaptarem em supremacia às condições de vida do europeu, ou melhor, as condições de vida que o europeu objetivava impor a eles: escravidão e imposição. Já na *História da Província*, além dessa mesma citação criteriosa sobre os afazeres dos nativos, Gândavo apresenta algumas de suas características físicas e mais alguns costumes que observou:

Estes Índios são de cor baça, e cabelo corredio; tem o rosto amassado, e algumas feições dele á maneira de Chins. Pela maior parte são bem dispostos, rijos e de boa estatura; gente mui esforçada, e que estima pouco morrer, temerária na guerra, e de muito pouco consideração: são desagradecidos em Grã maneira, e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo (GÂNDAVO, 2023, p. 26)

Nesse momento, Gândavo parece se contradizer quando relata anteriormente sobre os indígenas serem “descansados”. Agora, descreve-os como bem-dispostos e de boa estatura. Entretanto, possa ser que esteja referindo-se a tribos diferentes, já que toda a costa brasileira, bem como grande parte do sertão e outras regiões eram habitadas por nativos de nações distintas. Ao referir-se aos originários como muito esforçados, nota-se que faz também alusão às suas desenvolvuras na guerra, pois, como o próprio cronista afirma nas duas obras, aconteciam guerras em determinada constância entre os povos nativos.

De maneira geral, é perceptível em todo o discurso colonizador que descreve o indígena, um sentimento de superioridade diante daquela forma de vida divergente do contexto europeu. Sobre isso, valendo-se da própria conceituação da colonialidade do ser que se apresenta como “uma realidade colonial que faz com que se inferiorize pessoas, logo, uma forma de se destituir a existência humana” (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 38), no discurso de Gândavo, a todo momento, é nítido uma invisibilidade de um outro diferente do europeu. O espanto é tão grande, não apenas registrados nestas obras, como em outras, que se chega até a questionar se de fato os povos originários são humanos, como é próprio desse tipo de colonialidade.

Na *História da Província*, ao concluir o capítulo X sobre os povos originários, Gândavo afirma que

Desta maneira vivem todos estes Índios sem mais terem outras fazendas entre si, nem granjeiras em que se desvelem, nem tão pouco estados nem opiniões de honra, nem pompas para que as hajam mister: porque todos, como digo, são iguais e em tudo tão conformes nas condições, que ainda nesta parte vivem justamente, e conforme à lei da natureza (GÂNDAVO, 2023, p. 29)

Neste recorte, Gândavo observa a ausência de elementos no meio indígena que, diferentemente daquelas condições, eram uma realidade na cultura europeia. O modo como se organizavam, de maneira geral, era totalmente diferente e o colonizador então manifestava a alteridade, seguindo mais uma vez o que propõe Todorov (2010) ao exemplificar essa questão utilizando o contato estabelecido entre europeu e nativo com a invasão às Américas desde Colombo.

Segundo o cronista, os indígenas não tinham fazendas, bens nem pompas. Para ele, toda aquela terra que já era habitada há tantos anos, não passava de uma terra sem lei, pois, não era utilizada da forma correta, ou seja, não era explorada, e os moldes de vida que levavam os que ali já estavam, eram tão somente conforme à lei da natureza. Como afirma Castro (1971), o colonizador agia esquecendo e desconsiderando completamente o habitante destas regiões, de cultura tradicional, tão distante e tão diferente do homem produzido pela civilização ocidental.

### 3.3 Saber

No *Tratado da Terra do Brasil*, no tópico ainda referente aos nativos intitulado de “resgates”, Gândavo relata que além da não existência de “fazendas” e terras próprias, os indígenas “somente cubicam muito algumas cousas que são deste Reino – scilicet, camisas, pelotes, ferramentas e outras cousas que eles têm em muito estima e desejam muito alcançar dos portugueses” (GÂNDAVO, 2023, p. 16). Isso demonstra uma das primeiras imposições realizadas pelo colonizador: a exploração da mão de obra para o cultivo e exportação do pau-brasil em troca de objetos, ou seja, o escambo. Para além dessa atividade, é certo que muitas outras eram realizadas dessa forma.

Mas, cabe neste momento, analisar a influência direta da imposição portuguesa no saber dos originários. Como se sabe, muitos ideais e heranças culturais dos povos indígenas estão intrinsicamente presente no cotidiano dos brasileiros, isso devido à resistência das tantas nações, mas também por alguns costumes que foram seguidos pelo colonizador. Entretanto, de primeira mão, nota-se em supremacia uma desconsideração não apenas na dimensão de como era a vida dos nativos, mas em sua sabedoria, e até mesmo na própria língua:

A língua de que usam, toda pela costa, é uma: ainda que em certos vocábulos difere nalgumas partes; mas não de maneira que se deixem uns aos outros de entender: e isto até altura de vinte e sete grãos, que daí por diante ha outra gentildade, de que nós não temos tanta noticia, que falam já outra língua diferente. Esta de que trato, que é ageral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação facil de tomar. Alguns vocábulos ha nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos: carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medido (GÂNDAVO, 2023, p. 27)

Como discutido em seções anteriores, a língua falada pelos indígenas tinha além do tupi, outros troncos linguísticos, o que causara grande diversidade em todas as nações existentes. Neste momento, Gândavo relata sobre a língua falada em toda a costa brasileira (tupi, tupinambá), mas também considera a existência de outras diferentes ao adentrar na terra do Brasil para além da costa. Entretanto, o cronista observa com espanto, provavelmente em uma perspectiva fonética, a ausência de três letras (F, R e L) na língua dos nativos. Assim, julga de maneira extremamente ignorante constatando que devido a isso, não existe fé, nem lei, nem rei, e como consequência dessas “ausências”, coloca a vida “desordenada” vivida pelos indígenas. Outra menção feita pelo autor, que aqui cabe espaço para complementar o que já dissera sobre a “falta de fé” dos povos originários:

Não adoram a cousa alguma, nem têm para si que ha depois da morte gloria para os bons e pena para os mãos, e o que sentem da imortalidade d'alma não é mais que terem para si que seus defuntos andam na outra vida feridos, despedaçados, ou de qualquer maneira que acabaram nesta. E quando algum morre, costumam enterra-lo em uma cova assentado sobre os pés com sua rede às costa que em vida lhe servia de cama. E logo pelos primeiros dias põem-lhe seus parentes de comer em cima da cova e tão bem alguns lho costumam meter dentro quando o enterram, e totalmente cuidam que comem e dormem na rede que tem consigo na mesma cova (GÂNDAVO, 2023, p. 27).

Cientes da falta de fé no Deus cristão, o colonizador logo percebe que não há nenhuma perspectiva de vida eterna para os indígenas após a morte, devido a ausência da profissão cristã católica. É diante dessas realidades que chegam mais personagens para compor o enredo dessa história tão real e invasiva: os padres da Companhia de Jesus (jesuítas). Como principais expoentes da doutrinação católica aos povos originários do Brasil, vieram de Portugal para estabelecer a tradição cristã e mais ainda: por meio da religião, influenciar diretamente nos costumes e tradições.

Sobre essa presença que já era uma realidade antes da chegada de Gândavo, descreve:

Por todas as Capitâneas desta Província estão edificados Mosteiros dos Padres da Companhia de Jesus e feitas em algumas partes algumas Igrejas entre os Índios que são de paz onde residem alguns Padres para os doutrinar e fazer Cristãos: o que todos aceitam facilmente sem contradição alguma porque como eles não tenham nenhuma Lei nem cousa entre si que adorem, É-lhes muito fácil tomar esta nossa (GÂNDAVO, 2023, p. 36).

As capitâneas, como forma de organização da Colônia a partir do momento em que se viabiliza a necessidade de sua estruturação, tornou ainda mais necessária a contribuição de catequistas para a evangelização cristã objetivando o batismo e a conversão ao catolicismo, à época, religião predominante do ocidente. Nota-se a descrição do autor sobre a presença dos jesuítas em todas as capitâneas da Província através dos mosteiros. Neles, residiam os responsáveis por grande parte da imposição cultural europeia no mundo indígena. O principal objetivo dos jesuítas era justamente essa catequização que para ser totalmente positiva, buscou na própria língua dos nativos, base para conseguir o que queria.

Gândavo fala do objetivo jesuítico, bem como da coroa portuguesa: “fazer Cristãos”, e isso não acarretaria apenas no domínio da fé, apesar de elencar que a fácil aceitação se dava pela ausência de uma “Lei nem cousa entre si que adorem”, mas nos costumes e forma de vida. É notável a desenvoltura do discurso cronista como extremamente relacionado à colonialidade, pois, como afirma Quijano (2005), se estende ao conhecimento e a subjetividade sobre os outros

na tentativa de manter o domínio econômico. Domínio esse que se estende sob todas as perspectivas sociais, pois é próprio do colonizador a apropriação e adequação de tudo divergente à sua realidade.

É então por meio da fé, que a imposição europeia povoa o imaginário dos nativos brasileiros modificando completamente sua forma de agir, pensar e se organizar. Quando os resultados da catequização não aconteciam como o esperado, os nativos deslocavam-se para o sertão. Gândavo explica a motivação, seguindo a perspectiva do colonizador:

E assim tão bem com a mesma facilidade, por qualquer coisa leve a tornam a deixar, e muitos fogem para o sertão, depois de batizados e instruídos na doutrina cristã; e porque os Padres vêm a inconstância que ha neles, e a pouca capacidade que têm para observarem os mandamentos da Lei de Deus, principalmente os mais antigos, que são aqueles em que menos frutifica a semente de sua doutrina, procuram em especial planta-la em seus filhos, os quais levam de meninos instruídos nela (GÂNDAVO, 2023, p. 36).

Para além da inconstância dos nativos observada pelos jesuítas, principalmente entre os mais velhos, é válido ressaltar a consequência que a doutrinação imposta causara na cultura indígena, o que para os antigos, nutridos por grande apreço às tradições de seu povo, era motivo de grande revolta. Entretanto, diante de um espaço agressivo e autoritário, muitos preferem deixar a terra em busca de uma outra localidade onde possam viver sua cultura como de fato é. Gândavo relata ainda a esperança em uma catequização total: “Se tem esperança, mediante a divina graça, que pelo tempo adiante se vá edificando a Religião Cristã por toda esta Província, e que ainda nela floresça universalmente a nossa Santa Fé Católica, e mo noutra qualquer parte da Cristandade” (GÂNDAVO, 2023, p. 36).

É nítido o desejo da expansão do catolicismo como cultura ocidental, mas também em decorrência da reforma protestante, que causou desconforto na Igreja Católica e em muitos reinos. Gândavo mostra como a religiosidade influenciou no que diz respeito ao cotidiano dos povos originários, e que de fato era esse o objetivo de toda adaptação e organização elaborada pelos jesuítas para se aproximarem cada vez mais e modificarem a cultura indígena.

Há uma menção no *Tratado da Terra do Brasil*, no capítulo referente à Capitania da Bahia de Todos os Santos, que evidencia uma prática religiosa utilizada pelos jesuítas para exterminar a condição não-cristã dos povos originários:

Dentro da Cidade está um mosteiro de padres da Companhia de Jesus, na qual têm Colégio onde ensinam latim e casos de consciência. Afora este há cinco igrejas pela terra dentre os indios forros, onde residem alguns padres para fazerem cristãos e casarem os mesmos indios por não estarem amancebados (GÂNDAVO, 2023, p. 4).

Retomando à *História da Província*, ainda analisando o capítulo referente aos trabalhos realizados pelos jesuítas no Brasil, percebe-se a grande influência que os padres tinham sobre os indígenas, de modo que passaram a ter relação muito íntima a ponto de os nativos obedecerem prontamente aos seus comandos. É válido também ressaltar a autoridade dos mesmos padres aos capitães e governadores, quando se refere ao “resgate” de indígenas escravizados:

E para que o fruto desta doutrina se não perdesse antes de cada vez fosse em mais crescimento, determinaram os mesmos Padres de atalhar todas as ocasiões que lhes podiam da nossa parte ser impedimento e causa de escândalo, e prejuízo ás consciências dos moradores da terra. Porque como estes Índios cobiçam muito algumas cousas que vão deste Reino, convém a saber, camisas, pelotes, ferramentas, e outras peças semelhantes vendiam-se a troco delas uns aos outros aos Portugueses: os quais a voltas disto salteavam quantos queriam, e faziam-lhes muitos agravos, sem ninguém lhes ir á mão. Mas já agora não ha esta desordem na terra, nem resgates como soía. Porque depois que os Padres viram a sem razão que com eles se usava, e o pouco serviço de Deus que daqui se seguia, proveram neste negócio e vedaram, como digo, muitos saltos que faziam os mesmos Portugueses por esta costa, os quais encarregavam muito suas consciências com cativarem muitos Índios contra direito, e moverem-lhes guerras injustas. E para evitarem tudo isto, ordenaram o Padres, e fizeram com os Governadores e Capitães da terra que não houvesse mais resgates daquela maneira, nem consentissem que fosse nenhum Português a suas aldeias sem licença do seu mesmo Capitão. E se algum faz o contrario, ou os agrava per qualquer via que seja ainda que vá com licença pelo mesmo caso é mui bem castigado conforme a sua culpa (GÂNDAVO, 2023, p. 36).

Gândavo demonstra como a religiosidade teve um papel fundamental na construção de uma imposição do saber através da fé. Nas aldeias, os nativos eram educados para viverem como cristãos. Para alcançar esse objetivo, os jesuítas estabeleceram normas de aproximação com a língua e a cultura indígena para então modificá-la, impondo à mente dos povos originários que a vida que levavam era extremamente errada, necessitando assim de um processo de conversão ao catolicismo.

Cumprido salientar que além desses interesses manifestados pela Igreja e pela coroa portuguesa, o objetivo de manter as aldeias reservadas e sem a invasão dos próprios capitães e governadores, como frisado por Gândavo, era também para facilitar a organização de uma força militar para ser usada contra tribos hostis e até mesmo estrangeiros. Isso demonstra o caráter dominador colonial, que além da imposição cultural europeia como majoritária, estabelece toda a organização movida por interesses econômicos e sociais sobre a terra e os seus nativos.

### **3.4 Poder**

Ao considerar a proposta de Quijano sobre a colonialidade do poder, Mignolo (2003) incorpora esse conceito que se define como um lugar epistêmico de enunciação que se descreve e legitima o poder, neste caso o poder colonial. Analisando as obras de Gândavo, é notável o desenvolvimento de um discurso extremamente autoritário em relação ao nativo e à própria terra, que a partir da invasão portuguesa, tornava-se, seguindo a lógica eurocêntrica, propriedade do europeu colonizador.

O cronista inicia o *Tratado da Terra do Brasil* com duas categorias muito pertinentes para compreender a sua visão às riquezas do Brasil: fertilidade e abundância. É notório que a intenção de Gândavo alcança os seus anseios com a descrição minuciosa de todos os recursos que a nova terra tinha, bem como a organização governamental que já se constituía como uma forma de direta apropriação com o intuito de fortalecer a coroa e combater a presença estrangeira. Na mesma obra, descreve individualmente cada capitania existente e por quem era comandada. Já no primeiro capítulo, dedicado à capitania de Tamaracá, o cronista relata a grande potencialidade da terra: “Ha nesta Capitania muitas e boas terras para se povoarem e fazerem nelas fazendas” (GÂNDAVO, 2023, p. 3).

No decorrer dos capítulos, é notável o desenvolvimento do poder português sobre a terra do Brasil pois, Gândavo já relata sobre o ciclo do açúcar mencionando a existência de engenhos nas capitanias e, sobretudo, na realidade de Pernambuco, que se caracterizava por ser uma das maiores produtoras de açúcar:

Tem vinte e três engenhos dassucre posto que destes três ou quatro não são ainda acabados. Alguns moem com bois, a estes chamam trapiches, fazem menos assucre que os outros: mas a maior parte dos engenhos do Brasil moem com água. Cada engenho destes um por outro, faz três mil arrobas cada ano, nesta Capitania se fazem mais assucre que nas outras, por que houve ano que passaram de cinqüenta mil arrobas, ainda que o rendimento deles não é certo, são segundo as novidades e os tempos que se oferecem (GÂNDAVO, 2023, p. 3)

O cronista descreve como era rica a capitania de Pernambuco pela vasta quantidade de engenhos de açúcar, mas, posteriormente, também menciona que outras razões faziam da referida capitania uma das mais ricas do Brasil: “tem muitos escravos indios que é a principal fazenda da terra. Daqui os levam e compram por todas as outras Capitanias, por que há nesta muitos, e mais baratos que em toda a Costa” (GÂNDAVO, 2023, p. 3). Novamente, o cronista menciona os nativos como escravos totalmente submissos ao domínio europeu, que pela lógica colonizadora eram inferiorizados e vistos apenas como utilidade escravista. Embora tenha acontecido muita resistência entre os nativos quanto ao sistema de produção de açúcar, nota-se

que a escravidão dos povos indígenas continuou, haja vista que eram determinados para trabalharem no preparo da terra e cultivo da matéria prima.

Diferentemente do *Tratado*, na *História da Província*, Gândavo não divide as capitânias em capítulos, mas mescla as informações em capítulos uniformes e abrange ainda mais questões sobre as potencialidades da terra. Ao falar das qualidades da terra, ele compara a “Província de Santa Cruz” com a fertilidade que também existem nas outras terras da América invadidas, mas o Brasil parece ter um diferencial:

Alem disto é esta Província sem contradição a melhor pera a vida d.C. homem que cada uma das outras de America, por ser comumente de bons ares e fertilíssima, e em grão maneira deleitosa e aprazível á vista humana (...). Esta Província é à vista mui deliciosa e fresca em grão maneira: toda está vestida de mui alto e espesso arvoredado, regada com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra, onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá nos oferece Abril e Maio (GÂNDAVO, 2023, p. 8)

O colonizador vê a terra por ele invadida como um deleite para seus prazeres, onde poderia vislumbrar, sentir e viver uma experiência muito valiosa para o engrandecimento pessoal gerando a fomentação das riquezas da coroa, que naquele momento apostava na emigração como forma de povoar a terra de europeus, mas para além disso, como forma de progredir o processo de colonização em diferentes sentidos econômicos, políticos e sociais. Ainda na *História da Província*, Gândavo percebe a evolução das edificações naqueles primeiros anos do Brasil enquanto Colônia de Portugal:

E vindo ao que toca ao governo de vida e sustentação destes moradores, quanto ás casas em que vivem cada vez se vão fazendo mais custosas e de melhores edifícios: porque em principio não havia outras na terra se não de taipa e térreas, cobertas somente com palma. E agora ha já muitas sobradadas e de pedra e cal, telhadas e forradas como as deste Reino, das quais ha ruas mui compridas, e formosas nas mais das povoações de que fiz menção. E assim antes de muito tempo (segundo a gente vai crescendo) se espera que haja outros muitos edifícios e templos mui sumptuosos com que de todo se acabe nesta parte a terra de enobrecer (GÂNDAVO, 2023, p. 13).

Com uma lógica bem elaborada, a Crônica de Gândavo vai descrevendo como a dominação portuguesa foi se estabelecendo com o passar dos anos, iniciando com a exploração do indígena e a apropriação da terra e seguindo para perspectivas mais externas e visíveis como é o caso das construções sempre voltadas para a arquitetura europeia. É importante enfatizar aqui o anseio do cronista pela construção de muitos edifícios e templos (igrejas) para que demonstrem cada vez mais o poder do português colonizador e o enriquecimento da terra

recém-invadida. Gândavo também apresenta como se dava a organização e distribuição das terras comandadas pelos governadores de cada capitania:

Os mais dos moradores que por estas Capitánias estão espalhados, ou quase todos, tem suas terras de sesmaria dadas e repartidas pelos Capitães e Governadores da terra. E a primeira cousa que pretendem adquirir, são escravos para nelas lhes fazerem suas fazendas e si uma pessoa cega na terra a alcançar dous pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra cousa não tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família: porque um lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeiam suas roças e desta maneira não fazem os homens despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como ha muitos moradores na terra que não tem menos desta quantia, e daí para cima (GÂNDAVO, 2023, p. 13)

Gândavo passa então a descrever os aspectos referentes à escravização, de modo que o escravo era totalmente direcionado às atividades brutais da fazenda, em troca de catequização e sem nenhum tipo de remuneração, pois como afirma o próprio cronista, se o morador da fazenda souber bem organizar a sua propriedade, não precisará de viabilizar recursos para manter os escravizados. Percebe-se a todo momento um sentimento de extrema superioridade diante das condições dos povos originários e já iniciando com a escravização dos povos africanos que passaram a ser arrancados de seus países e nações para serem escravizados no Brasil em decorrência do advento da produção de açúcar. Mesmo diante dessas condições, Gândavo elogia os moradores por se tratarem bem, inclusive em relação aos escravizados:

Estes moradores todos pela maior parte se tratam muito bem, e folgam de ajudar uns aos outros com seus escravos, e favorecem muito os pobres que começam a viver na terra. Isto geralmente se costuma nestas partes, e fazem outras muitas obras pias, por onde todos tem remédio de vida, e nenhum pobre anda pelas portas a mendigar como nestes Reinos (GÂNDAVO, 2023, p. 13).

O cronista segue seu objetivo de uma escrita que exalte as potencialidades da terra, e detalha os aspectos naturais referentes à fauna e a flora do Brasil, e em muitos momentos, demonstra seu encantamento diante de um diferencial tão grande jamais visualizado em suas experiências de vida. É então, o Brasil, um berço de natureza extremamente rara, que mesmo fazendo parte do continente americano que pouco a pouco passou a ser caracterizado como de grande dimensão territorial e natural, era diferente das outras terras. A abundância de peixes, é caracterizada por Gândavo com admiração:

É tão grande a copia do saboroso e sadío pescado que se mata, assim no mar alto, como nos rios e baias desta Província de que geralmente os moradores são participantes em todas as Capitánias, que esta só fertilidade bastara a sustenta-los

abundantíssimamente, ainda que não houvera carnes nem outro gênero de caça na terra de que se proveram como atras fica declarado (GÂNDAVO, 2023, p. 23)

Além dos peixes, as aves também ganham notoriedade, bem como as frutas, animais e bichos venenosos, plantas e frutas. É notório o papel pioneiro de Gândavo não para explicitar um ou dois aspectos daquele contexto histórico, mas sim, de fazer um apanhado geral de todas ou da maioria das questões vivenciadas nos primeiros momentos do Brasil enquanto Colônia e precisamente, a partir do momento em que de fato se viabilizou uma política de real colonização, já que antes disso, todo sistema limitava-se a exploração e exportação do pau-brasil.

Ao analisar as duas obras de Pêro de Magalhães Gândavo à luz do pensamento decolonial proposto por Aníbal Quijano a partir da colonialidade do poder é notória a redundante presença de um discurso colonizador e impositor, haja vista que o cronista elabora o seu texto considerando tão somente a sua versão e a dos demais colonizadores europeus sobre aquela situação histórica do Brasil. Diante do contexto da invasão às Américas, Quijano (2005) afirma que esse momento histórico protagonizado inicialmente pela Espanha com as expedições de Colombo, coloca em prática o início de um processo de implantação da categoria de raça. Ou seja, com o processo das navegações, o colonizador europeu se depara com uma realidade totalmente distinta da sua e passa a caracterizar os nativos e demais grupos com supostas categorias biológicas diferentes. Ainda de acordo com Quijano,

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 117).

Diante dessas atribuições e realidades presentes na tradição cultural de cada grupo social, o colonizador europeu, limitado à sua realidade cultural, define-se como superior e marginaliza os demais existentes, principalmente os grupos originários. Outro fator importante abordado por Quijano (2005) é a questão racial, já que com o passar dos anos, o colonizador foi codificando como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como característica da categoria racial.

Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em 117 conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos (QUIJANO, 2005, p. 117).

Diante do discurso europeu, observam-se os totais ideais de dominação do português, que ao invadir as terras sul-americanas, apropria-se de toda a propriedade, não limitando-se à essa questão, mas impondo aos nativos os seus ideais europeus em todas as esferas, principalmente na religiosa, que determinou o afloramento das demais a partir da interferência dos jesuítas. Como em outros textos escritos nos primeiros momentos da presença europeia no Brasil, o colonizador domina totalmente o protagonismo dos escritos, prioriza a exaltação da terra e relata os povos originários tão somente como descrição. Por sentir-se superior a tudo que está em sua volta, o europeu vê-se como diferente e manifesta em si todo o poder já estabelecido pelo ser europeu e mais ainda com a invasão das Américas, que possibilitou ainda mais o fortalecimento econômico e social dos países europeus, neste caso, de Portugal.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma leitura decolonial das obras *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, do historiador e cronista português Pêro de Magalhães Gândavo, escritas no século XVI, época das grandes expedições lideradas pelos europeus que exploraram e invadiram o que hoje conhecemos como América Latina.

Para atingir nossos objetivos, utilizamos os aportes teóricos de Aníbal Quijano, expoente do conceito da colonialidade do poder, que nos possibilitou identificar nas crônicas de Gândavo um discurso colonial nas dimensões do ser, do saber e do poder. No desenvolvimento da pesquisa, fizemos uma contextualização histórica partindo dos princípios que evidenciavam a possibilidade da existência de terras além do que a limitação europeia restringia, o que nos levou desde menções da tradição grega em Ctésias de Cnido até navegadores como Marco Polo e o próprio Cristóvão Colombo nos primeiros momentos da invasão europeia.

Assim, a partir dos escritos sobre a chegada dos europeus ao nosso mundo, passamos a perceber o sentimento de estranhamento mútuo, tanto em relação aos que chegavam quanto àqueles que há tanto tempo já habitavam as terras. Entretanto, nota-se que o colonizador continua com a sua noção de identidade eurocentrada considerando-se superior às tantas nações de povos originários que foram encontrando e explorando no decorrer do processo de colonização da América Latina.

Para abordar a importância dos primeiros textos em língua portuguesa no Brasil, caracterizados como literatura de informação ou de viagem, no contexto do quinhentismo, movimento que surgiu por meio dos variados relatos com características informativas ou descritivas, apresentamos as contribuições de críticos literários como Alfredo Bosi e Afrânio Coutinho. Ambos os autores compreendem para além do fato da não existência de uma característica intrinsecamente estética, mas que descreve os momentos iniciais da nossa colonização a partir da visão de um outro totalmente distante das realidades nativas e que a invade com a força extrema do seu projeto de dominação.

É diante da compreensão dessas questões sobre a colonização das Américas que, por muito tempo, priorizou a versão do colonizador como pensamento único e coerente, até mesmo pelo fato de serem os únicos aportes disponíveis para a assimilação da nossa história, que nós dispomos de uma opção decolonial. Sobre isso, nos valem do que Mignolo aborda como uma

dimensão epistêmica, ou seja, “ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Entretanto, a preferência decolonial não desconsidera evidentemente os pensamentos que por muito tempo fundamentaram mutuamente como uma única perspectiva, mas é justamente por meio desse olhar colonizador, que nos comprometemos em “aprender a desaprender” (MIGNOLO, 2008, p. 290) e reconstruir a história por meio de um olhar voltado para às minorias desprezadas em sua língua, raça, religiosidade e cultura, como no caso dos povos originários do Brasil que sofreram tantas consequências negativas devido o domínio português. Mignolo ainda nos embasa quando elenca algumas das realizações do sistema imperial/colonial, que podemos identificar nas obras de Gândavo:

Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do “real”. (...) Na América do Sul, na América Central e no Caribe, o pensamento decolonial vive nas mentes e corpos dos indígenas bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas (MIGNOLO, 2008, p. 291).

Sendo assim, apesar de identificar um discurso colonizador nas obras de Pêro de Magalhães Gândavo, também tratamos de analisar a partir dos estudos decoloniais, a construção de um contradiscurso de resistência pelos povos originários em sua multiplicidade cultural consideravelmente invadida e marginalizada pela dominação europeia. Para isso, contamos com o pensamento da função humanizadora da literatura que, para além dos padrões estéticos, proporciona uma contribuição na formação da humanidade no conhecimento de si e do outro, nos fazendo vivenciar diferentes realidades e situações.

De maneira geral, com este trabalho, pudemos desenvolver uma reflexão sobre como os interesses de dominação manifestados e concretizados pelos europeus na colonização das Américas proporcionou grande problemática na vida e cultura dos povos originários a partir da imposição de uma perspectiva ocidental que emergiu em uma doutrinação cultural, religiosa e social.

Tal sistema de imposição, característico do processo colonizador, desumaniza qualquer nação diferente de seus moldes e desconsidera todo caminhar histórico que a cultura do outro tenha lutado para conquistar e estabelecer no decorrer dos séculos. Por isso, nos preocupamos em decolonizar os princípios que nortearam por séculos a assimilação dos brasileiros, priorizando agora um encontro do Brasil consigo mesmo, com aquilo que mais tem de originário e característico: os povos indígenas, seus verdadeiros donos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, C. de. **Capitanias Hereditárias**. In: Capítulos da história colonial. (Online) Rio de Janeiro: Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788579820717.0005>. Acesso em 2023.
- ARAGÃO, T. C. A. **Breve notícia sobre o descobrimento da América**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias: 1892.
- BACAMARTE, M. **Gandavo e os clássicos: entre mimese e imitatio**. *Classica* - Revista Brasileira de Estudos Clássicos, 1992, p. 183-187. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/831/742>. Acesso em 2023.
- BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 50 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- CAMINHA, Pêro Vaz de. **A Carta de Pêro Vaz de Caminha**. Belém do Pará: UNAMA - Universidade da Amazônia, NEAD – Núcleo de Educação à Distância. Disponível em: [http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit\\_online/pero\\_vaz.pdf](http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/pero_vaz.pdf). Acesso em 2023.
- CINTRA, J. P. **Reconstruindo o mapa das Capitanias Hereditárias**. Anais do Museu Paulista, v.21, n.2. São Paulo: 2013.
- COUTINHO, A. **A literatura no Brasil**. Co-direção: Eduardo de Faria Coutinho. 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GÂNDAVO, P. de M. **A primeira história do Brasil: história da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Modernização do texto original de 1576 e notas: Sheila Moura Hue, Ronaldo Menegaz; revisão das notas botânicas e zoológicas: Ângelo Augusto dos Santos; Prefácio: Cleonice Berardinelli. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- GÂNDAVO, P. de M. **História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil**. UNAMA: Universidade da Amazônia. NEAD – Núcleo de Educação à Distância. Online. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7539854/mod\\_resource/content/4/1-%20Hist%C3%B3ria%20da%20prov%C3%ADncia%20de%20Santa%20Cruz%2C%20de%20Pero%20Magalh%C3%A3es%20Gandavo%20%281576%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7539854/mod_resource/content/4/1-%20Hist%C3%B3ria%20da%20prov%C3%ADncia%20de%20Santa%20Cruz%2C%20de%20Pero%20Magalh%C3%A3es%20Gandavo%20%281576%29.pdf) . Acesso em 2023.
- GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da Terra do Brasil**. UNAMA: Universidade da Amazônia. NEAD – Núcleo de Educação à Distância. Online. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000282.pdf>. Acesso em 2023.
- HEMMING, J. **Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros**. Trad.: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras – 1995.
- LANDER, E. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Walter. D. Mignolo In: A Colonialidade de Cabo a Rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Pág. 33-49. Coleção Sur Sur – CLACSO, Buenos Aires: 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em 2023.

- MATTOS, E; INNOCENTINNI, T; BENELLI Y. **Capitanias hereditárias e desenvolvimento econômico**: herança colonial sobre desigualdade e instituições. PPE: Pesquisa e Planejamento Econômico. Repositório IPEA, v. 42, n.3: 2012.
- MIGNOLO, W. D. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 2023.
- MOREIRA, A. **Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494**. São Paulo: 1978.
- PORTILLA, L. M. **Visión de los vencidos**. Universidad Nacional Autónoma de México, Coordinación de Publicaciones Digitales. Ciudad del México: 2003.
- PORTUGAL, Biblioteca da Ajuda. **Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas e derrotas, que há costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães**. In: Luís Teixeira. Publicado em: 1586. Biblioteca da Ajuda, ms. 51-IV-38 (online) Disponível em: <https://bibliotecaajuda.bnportugal.gov.pt/>. Acesso em 2023.
- RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Universidad del Cauca. 2010. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/catalog/resGet.php?resId=43099>. Acesso em 2023.
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, B. de S; M, Paula M. **Epistemologias do Sul**. Cap. 2 – Aníbal Quijano – Colonialidade do Poder e Classificação Social. Biblioteca Nacional de Portugal, Coimbra: 2009.
- SARMANTO, A. N. M. **Breve história da Nova Luzitânia**. Recife: Edições Bagaço, 1999.
- SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil**: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Edições do Senado Federal – Vol. 34: 2005.
- SODRÉ, W. N. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 3ª ed. Vol. 54. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1967.
- SOUZA, B. **O pau-brasil na história nacional**. Companhia Editora Nacional: Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª, Vol. 162. São Paulo: 1939.
- TODOROV, T. **A conquista da América – A questão do outro**. Org.: Tradução: Beatriz Perrone Moisés – 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Nota de pesar pela morte de Aníbal Quijano (1928-2018)**. Site oficial: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2018. Disponível em: <https://lergeo.fflch.usp.br/1928-2018-anibal-quijano>. Acesso em 15/04/2023.
- VIANNA, H. **A primeira versão do Tratado da Terra do Brasil, de Pêro de Magalhães Gândavo**. São Paulo: Revistas USP. Pág. 89-95. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35731/38447>. Acesso em 2023.

WALSH, C. **Interculturalidade Crítica Pedagogia Decolonial**: insurgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera (Org). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

ZEIFERT, A. P. B; AGNOLETTO, V. **O Pensamento Decolonial e a Teoria Crítica dos Direitos Humanos**: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. UFMA – Periódicos Eletrônicos: Revista Húmus, v. 9, n. 26. Maranhão: 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12077/6801>. Acesso em 2023.